ctt correios
TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 577668

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVOLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO DE600520190IRC
POD1 ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL

SAUDAÇÃO

Aos professores, educadores, investigadores científicos e outros trabalhadores da educação pela sua grande adesão à greve geral

Os professores, educadores e investigadores científicos envolveram-se, de forma muito expressiva, na Greve Geral de 24 de Novembro, razão por que a FENPROF saúda todos os docentes e os investigadores dos sectores público e privado, que participaram nesta grandiosa jornada por se identificarem com os seus objectivos globais, mas também por razões de ordem específica, designadamente as que decorrem do fortíssimo ataque desferido pelo Governo contra os trabalhadores e os serviços públicos, com grave expressão ao nível dos salários, das carreiras, dos direitos sociais e das condições em que se organizam as escolas.

A forte adesão dos docentes à Greve Geral - cerca de 75%, contribuindo para que encerrassem quase 80% das escolas - teve uma forte componente de protesto contra as medidas do Governo aprovadas no Orçamento de Estado para a Educação, de onde resultarão dificuldades acrescidas para o funcionamento das escolas, perigosas ameaças à qualidade do ensino e um brutal aumento do número de docentes desempregados.

Num plano ainda mais específico, os docentes transformaram esta Greve Geral numa oportunidade para contestarem aspectos muito específicos e importantes da sua actividade profissional, tais como os inadequados e esmagadores horários de trabalho, o inútil regime de avaliação de desempenho ou as consequências na qualidade do emprego e no funcionamento das escolas, devido à manutenção de uma grave situação de instabilidade e de precariedade do seu corpo docente, que tenderá a agravar-se com a não realização de concurso geral em 2011 e com a concretização de outras medidas previstas no Orçamento de Estado.

Àqueles que, neste contexto, não se associaram à defesa solidária da escola pública e do seu futuro profissional, não aderindo a esta Greve Geral, a FENPROF quer deixar um forte apelo a que mudem de atitude: contamos também com eles nas lutas inadiáveis que a construção de uma sociedade justa exige.

Ao mesmo tempo que saúda todos os que se envolveram nesta greve - que teve a maior adesão de sempre, dos professores, enquanto greve não sectorial -, a FENPROF reafirma a sua disponibilidade para continuar a contribuir, de todas as formas, incluindo pela luta reivindicativa, convergindo com outros trabalhadores ou agindo sectorialmente, para combater todas as injustiças e exigir outras políticas.

Lisboa, 27 de Novembro de 2010
O Conselho Nacional

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

JF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
Mensal | nº 247 | Nov./Dez. '10 | 0,50 Euros

Lutar com as forças todas

Os caminhos que a educação em Portugal não pode trilhar

Pág. 20

Juntar as forças, para a luta que se segue!

O Conselho Nacional da FENPROF reuniu no último fim-de-semana de Novembro. Fez uma apreciação do processo de esclarecimento e de luta que tem vindo a decorrer desde o início deste ano lectivo, em torno dos aspectos globais da ofensiva do Governo e do PSD contra os trabalhadores, com especial incidência nos da administração pública, e definiu as linhas orientadoras da acção em torno de aspectos específicos da profissão docente.

Avaliando a resposta que os trabalhadores deram ao ataque que os intérpretes da destruição do Estado social no nosso país têm estado a realizar, quer no plano nacional quer enquanto aliados do capitalismo à escala global, o Conselho Nacional não só releva a adesão elevada às acções realizadas, como saúda a combatividade crescente nos locais de trabalho.

Assim, depois das grandes manifestações de 6 de Novembro (Administração Pública) e de 20 de Novembro (Pela Paz, contra a NATO), a Greve Geral de 24 de Novembro foi o mais significativo sinal de mobilização dos portugueses, no plano global, e estabelece um reagrupar das forças necessárias para prosseguir o combate a estas políticas e aos seus intérpretes.

Nesse sentido, a resolução aprovada pelo Conselho Nacional da FENPROF (ver página 4) traz para cima da agenda da luta um plano ambicioso, mas é, sobretudo, exigente da mobilização de todos os professores quanto à sua concretização. | **LL** ●

Os trabalhadores na Greve Geral

sobe

Foi uma extraordinária Greve Geral que afectou os sectores estratégicos e que maior importância têm na vida social e política do país: transportes, portos, escolas, hospitais e unidades de saúde em geral, segurança social, alfândegas, tribunais, recolha de lixo, grandes unidades industriais… isto apesar da situação muito complicada que vivem os trabalhadores com o desemprego, a precariedade e os baixos salários a passarem de ameaça a quotidiano. Os trabalhadores estiveram ao seu melhor nível! ●

Patrões e Governo na Greve Geral

desce

Desde discursos absurdos, como o cálculo da greve feito a partir do consumo de energia, a intervalos de adesão situados "entre os 5 e os 95%", politicamente relevante foi o facto de o Primeiro-Ministro, nesse dia, ter sumido e democraticamente preocupante é que o clima de pressão e ameaça tenha estado presente. A polícia, quando actuou, foi sempre contra os trabalhadores, os desacatos, quando aconteceram, foram sempre da responsabilidade dos patrões e das chefias. Mau momento vive este país… ●

sumário

04 Em foco
Conselho Nacional da FENPROF aprova Resolução de acção e de luta

08 Em foco
OE 2011: Um orçamento que desvaloriza a educação e a escola pública e ataca as funções sociais do estado

12 Ensino Superior
Reduções orçamentais são ataque violento também no Ensino Superior

13 Salários
Sabes qual é o valor do teu Índice?
Fernando Vicente

14 Acção
Adesão dos docentes à greve geral atingiu os 75%

18 Acção
Manifestação da Administração Pública de 6 de Novembro: Professores e educadores marcaram forte presença
JPO

20 Sistema Educativo
Os caminhos que a educação em Portugal não pode trilhar

22 Acção
Professores sem papas na língua exigem outras políticas e garantem: Lutaremos!
JPO

24 Depoimento
Psicólogos nas Escolas: a realidade portuguesa

26 Igualdade de Género
Mulheres e desporto no combate à discriminação

27 Acção pela Paz
Milhares de pessoas nas ruas de Lisboa

28 Solidariedade
Coimbra: Aminatou Haidar com professores portugueses
JPO

29 Sahara Ocidental
Parlamento Europeu pede inquérito internacional

30 Culturais
À espera do novo trabalho de Sérgio Godinho
"La Sylphide" em Almada

FENPROF

ficha técnica

Jornal da FENPROF I Propriedade, Redacção e Administração: Federação Nacional dos Professores I Rua Fialho de Almeida, 3 I 1070-128 LISBOA I Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt I www.fenprof.pt I **Director:** Mário Nogueira I **Chefe de Redacção:** Luís Lobo I luis.lobo@sprc.pt I **Conselho de Redacção:** Abel Macedo (SPN), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) I **Coordenação técnica e apoio à Redacção:** José Paulo Oliveira (jornalista) I jpgo@sapo.pt I **Paginação e Grafismo:** Tiago Madeira I **Revisão:** Inês Carvalho I **Fotos:** Jorge Caria e Arquivo FENPROF I **Impressão:** MULTIPONTO, S.A. I **Tiragem média:** 62.000 ex. I **Depósito Legal:** 3062/88 I ICS 109940 I **NIPC:** 501646060 I **Edição, Distribuição e Publicidade:** EDITPROF – Publicações, LDA I **NIPC:** 509434720 I **Capital Social:** 5.000,00 euros I **Registo:** Conservatória do Registo Comercial –R.N.P.C. Lisboa I **Sede:** R. Fialho de Almeida, n.º 3 – 1070 Lisboa. O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

editorial

Com esta Greve Geral, os trabalhadores reprovaram a opção política do Governo, que os patrões apoiam, e revelaram compreensão quanto ao caminho a seguir para a combater.

Lutar ainda mais para mudar este miserável estado das coisas

O tempo que vivemos é particularmente complexo e difícil com alguns – os que vivem unicamente do rendimento do seu trabalho – a serem sujeitos a sacrifícios pesadíssimos para pagarem uma dívida que não contraíram. Por outro lado, os principais responsáveis pela situação ganham aos milhões e os maus políticos que a agravaram, passam incólumes entre os pingos da crise.

Ilustra o que afirmo, este título de primeira página de um jornal diário (28/11): "Banca lucra milhões com dívida pública". No interior, pode ler-se o que já todos sabíamos: "Bancos vão buscar crédito ao BCE a 1% e investem em dívida pública a taxas superiores. Em 2010 já ganharam mais de 150 milhões de euros". Ou seja, praticamente ganharam o que será roubado em salário aos professores e educadores em 2011, sem entrar em conta com os 100 milhões que serão subtraídos aos docentes do ensino superior. Se juntarmos estes lucros aos obtidos, livres de impostos, pelos grandes accionistas de empresas que decidiram antecipar a distribuição de dividendos – fugindo, dessa forma, aos impostos que nós pagaremos em 2011 por não podermos antecipar os salários desse ano (o que também permitiria "fintar" os cortes salariais) – percebemos ainda melhor como são injustas as políticas e as medidas que nos estão a impor e, sobretudo, que não estamos confrontados com uma inevitabilidade, mas uma opção política do Governo do PS a que o PSD se associa.

A Greve Geral de 24 de Novembro foi uma extraordinária resposta dos trabalhadores a estas injustiças. Procurando desvalorizá-la, disse-se de tudo: a Ministra do Trabalho, que a greve não foi grande porque não se gastou menos energia; uma conhecida articulista, que a greve não afectou, na sua rua, o café, a padaria e o quiosque; um comentador político, que os sindicalistas não estavam em greve porque apareceram na televisão a trabalhar… entre outras palermices que aqui e além se ouviram. Não foram elas, contudo, que permitiram esconder o que esteve à vista de todos: de uma forma geral, os sectores estratégicos e politicamente relevantes da vida nacional pararam. Aconteceu com os transportes, os portos, as escolas, as unidades de saúde, os tribunais, as alfândegas, os serviços de segurança social, a recolha de lixo, as grandes empresas privadas de que foi bom exemplo o conjunto das que estão instaladas no parque industrial de Palmela, os jornalistas que trabalharam, em greve, apenas ao serviço da greve... O país parou, de facto, e isso foi evidente para quem quis ver!

Esta greve aconteceu num momento muito difícil para os trabalhadores, marcado pelo desemprego que paira ameaçador a todo o tempo, por uma grande precariedade que afecta quase um terço dos que trabalham, por salários muitos baixos e em vias de novas reduções, por regimes punitivos de avaliação de desempenho e por muitas pressões e ameaças, algumas já nem veladas. Houve muitos que não fizeram greve, não por discordarem, mas por, em Portugal, não estarem reunidas as condições democráticas para a livre opção em muitos aspectos de consciência, o que é deveras preocupante.

Com esta Greve Geral, os trabalhadores reprovaram a opção política do Governo, que os patrões apoiam, e revelaram compreensão quanto ao caminho a seguir para a combater. Para o futuro, sendo verdade que a luta deverá ter momentos de convergência europeia (como aconteceu em 29 de Setembro), não pode deixar de ter expressão nacional, sob pena de parecer que os nossos governantes – pobres coitados – são simplesmente reféns de políticas superiormente ditadas. São-no de facto, mas porque se disponibilizaram para as servir, porque voluntariamente estenderam as mãos às algemas, mas, para além disso, também lhes dão um cunho próprio que as tornam ainda mais negativas.

A Greve Geral foi uma grande luta, mas não foi a luta toda. Compete-nos agora continuá-la. Com os outros trabalhadores europeus, mas igualmente dentro de portas. Umas vezes todos, outras vezes só nós. Face ao grave ataque a que os portugueses estão sujeitos, desferido por governanças rendidas e vendidas ao capital, espera-se que revelem competência para uma forte resistência, que passe pela luta e pela apresentação de propostas alternativas que permitam mudar este miserável estado das coisas! ●

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)

Conselho Nacional da FENPROF aprova Resolução

Lutar com as forças todas, convergir na acção

Defender o emprego, o salário e os direitos;

Contra as injustiças, agir pela dignificação da profissão, em defesa da escola pública e pela mudança de políticas!

A Greve Geral de 24 de Novembro foi um momento elevado de protesto e luta e de exigência de todos/as os/as trabalhadores/as de mudança política, em que professores/as e educadores/as marcaram forte e significativa presença.

Com a Greve Geral não se fez a luta toda, viveu-se um momento importante de um processo de luta que terá de se desenvolver globalmente e sectorialmente, pois as medidas que estão a ser impostas aos trabalhadores e ao país e as políticas que as suportam no actual quadro de crise não são uma inevitabilidade, são uma opção política do governo do PS que, no essencial, conta com o apoio do PSD.

Importa continuar a acção e a luta em defesa do emprego, do salário, da carreira e dos direitos sociais e profissionais. Como é necessário, num plano mais específico, defender a melhoria das condições de trabalho nas escolas, nomeadamente ao nível dos horários de trabalho, da estabilidade do corpo docente, do regime de avaliação do desempenho e do regime de gestão das escolas.

São muitas as frentes de intervenção e trabalho que a FENPROF coloca na lista das suas prioridades, mas, no actual contexto político, sobreleva a necessidade de uma forte resistência à aplicação das medidas que o Orçamento de Estado para 2011 consagra e que resultarão na desvalorização do trabalho docente, no aumento muito grande do número de desempregados, no agravamento das situações de precariedade e instabilidade, na desorganização da escola e na criação de dificuldades ainda maiores ao seu funcionamento, numa preocupante redução da qualidade educativa.

Assim, o Conselho Nacional da FENPROF, coloca como **prioridades imediatas para a sua acção e luta**, os seguintes aspectos:

1. Defesa do emprego!

2. Defesa da estabilidade do corpo docente das escolas, o que exige a realização de um concurso nacional para ingresso e mobilidade nos quadros, com real abertura de vagas, no pré-escolar e ensinos básico e secundário; **efectiva aplicação** dos regimes transitórios das carreiras e abertura de concursos para lugares de carreira, bem como a aprovação de um diploma que promova a estabilização dos docentes com as habilitações de referência, no ensino superior privado;

3. Defesa da **manutenção do estatuto público** dos estabelecimentos de educação e ensino sob responsabilidade do seu ministério;

4. No âmbito da contratação colectiva do sector do ensino privado, continuação da **luta contra o aumento da duração da carreira** dos docentes do Ensino Particular e Cooperativo, **contra a caducidade dos contratos colectivos** de trabalho, pela defesa dos direitos, pelo cumprimento dos horários de trabalho e por aumentos salariais dignos;

5. Defesa de uma carreira digna e valorizada, o que compreende:

a) A recusa da redução salarial, com consequências ao nível da própria grelha salarial geral e do valor dos índices de cada escalão, com a agravante de esta redução ser anunciada como definitiva;

b) A exigência, no pré-escolar e ensinos básico e secundário, de cumprimento do Acordo de Princípios assinado em Janeiro deste ano, nomeadamente no que respeita a transições, reposicionamentos e progressões na carreira, nos tempos e para os valores indiciários previstos; a exigência da aplicação imediata do índice 167 aos docentes contratados; no ensino superior, a exigência da concretização das subidas de escalão que produzem efeitos a partir de datas anteriores a 01/01/2011.

c) A correcção de todas as situações de injustiça que permanecem no quadro dos procedimentos de carreira referidos na alínea anterior;

d) A exigência da aplicação do ECD dos educadores e professores dos ensinos básico e secundário aos docentes em exercício nos outros ministérios;

e) A suspensão, no pré-escolar e ensinos básico e secundário, do regime de avaliação em vigor, que não tem aplicação nos termos legalmente estabelecidos e está a transtornar significativamente a vida nas escolas, a manutenção do procedimento "apreciação intercalar" até final do ano escolar em curso e o início imediato do processo de revisão do modelo;

f) A oferta de formação contínua gratuita e adequada às necessidades dos professores, das escolas e do sistema educativo;

g) A desburocratização da actividade docente, o combate à avaliação competitiva e individualista e a aplicação de modelos que promovam o trabalho colectivo e solidário absolutamente imprescindível em todos os projectos de ensino;

6. Defesa de condições de trabalho adequadas nas escolas, o que exige:

a) A não redução das verbas que se destinam a garantir o normal funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino;

b) O fim do sub-financiamento crónico do ensino superior, com reflexo na qualidade do ensino e da investigação produzida, com a exigência de um quadro transparente e estável de financiamento da investigação científica;

c) A não aplicação, ainda mais de forma absolutamente cega e sem que se conheçam os impactos, das medidas ditas de racionalização em Educação, cujas consequências também serão catastróficas para as escolas e a qualidade educativa;

O combate por um direito constitucional principal dos cidadãos – o salário – passa por sermos firmes contra a sua redução, agindo no plano jurídico e da luta reivindicativa.

O Governo assumiu o compromisso político que tem de cumprir: Concursos em 2011!

d) Que não prossiga o desastroso processo chamado de reordenamento da rede escolar que, na prática, se resume à criação de mega e irracionais agrupamentos de escolas e ao encerramento, a eito, de escolas do 1.º ciclo do ensino básico;

7. Defesa de uma gestão democrática das escolas e da desburocratização e democratização do sistema educativo, que passe:

a) Pelo lançamento de um amplo debate em torno da direcção e gestão escolar e pela adopção, desde já, de medidas que reforcem a vertente pedagógica da sua organização, nomeadamente as que constam do manifesto "Pelo regresso da gestão democrática […]" promovido pela FENPROF: atribuição de poderes às escolas para organizarem o processo de ensino-aprendizagem e o tipo, competências e composição das estruturas intermédias de gestão; garantia de que cabe ao conselho pedagógico flexibilizar a organização de espaços, tempos, agrupamentos de alunos e apoios educativos; eleição dos coordenadores das estruturas intermédias, de supervisão pedagógica, bem como do presidente do conselho pedagógico;

b) Pelo aprofundamento do debate em torno da construção da autonomia das escolas e agrupamentos, do processo de municipalização da educação, do papel e necessidade das estruturas desconcentradas da administração educativa – as direcções regionais de educação – e da criação de estruturas descentralizadas da administração local do sistema educativo;

c) Pela alteração à actual gestão do ensino superior, cujo novo modelo diminui drasticamente a participação dos docentes nos órgãos de gestão, reforça os poderes unipessoais e a hierarquia gestionária das instituições, em particular com as condições agravadas pelo regime fundacional

O assalto é de uma vastidão impressionante e é concretizado, também, através dos horários de trabalho!

que apontam para a mercantilização do ensino superior público;

8. Defesa de condições que tornem a Escola Pública verdadeiramente inclusiva, como sejam:

a) O reforço da acção social escolar, tanto mais importante quanto o país e as famílias se encontram num rumo de visível e efectivo empobrecimento;

b) A melhoria e reforço das respostas sociais da Escola Pública, designadamente ao nível das refeições, transportes dos alunos e ocupação de tempos livres no quadro de uma efectiva componente de apoio às famílias;

c) O combate à nova fórmula de cálculo dos apoios da acção social no ensino superior, que acentua a desresponsabilização do Estado e agrava as dificuldades das famílias, aumentando a selectividade no acesso e criando ainda maiores obstáculos aos trabalhadores estudantes;

d) A revogação do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro e a aprovação de medidas que apoiem, de facto, todos os alunos com necessidades educativas especiais, não apenas no que é essencial – as normas gerais de avaliação e sinalização e o quadro legal vigente que urge alterar – mas também não desviando para outros fins, tanto os docentes de Educação Especial, como os dos apoios educativos, deixando sem acompanhamento nem apoio os alunos que deles necessitam.

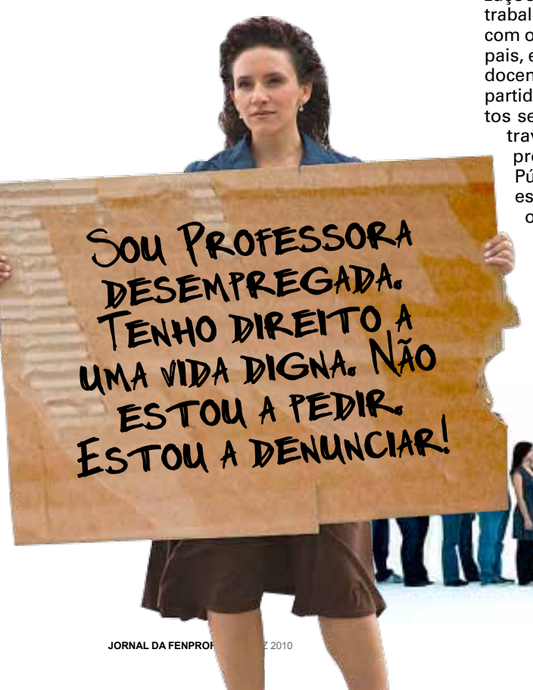
Com o sentido de atingir estes objectivos, a FENPROF continuará a desenvolver uma forte acção em convergência com outras organizações sindicais e aprofundará o trabalho de parceria que tem mantido com organizações representativas de pais, estudantes, trabalhadores não docentes de educação, autarquias, partidos políticos e de todos quantos se revelem interessados em travar este nobre combate em prol de uma Escola e uma Educação Públicas de elevada qualidade. Ganhar esse desafio, será determinante para o progresso do país e de importância vital para o futuro, ainda mais num momento em que Portugal se encontra mergulhado numa tremenda crise que tem contornos muito preocupantes, não apenas pela sua enorme dimensão, como pela declarada obstinação do poder político em prosseguir caminhos que já se revelaram inadequados, impróprios e causadores de mais crise e maiores injustiças.

No plano institucional, a FENPROF, continuará a intervir junto da Assembleia da República e do Governo, instâncias adequadas para a aprovação de medidas capazes de corrigir a situação que, actualmente, se vive na Educação. Exemplo disto é a procura de alternativas financeiras a medidas irracionais que ainda por cima se designam como de racionalização da Educação e aprovando as alterações indispensáveis ao ECD, no âmbito de processos de apreciação parlamentar a que este se encontra agora sujeito. ●

Lisboa, 27 de Novembro de 2010
O Conselho Nacional da FENPROF

A FENPROF desenvolverá a sua acção junto da Assembleia da República, de forma a garantir que se reúna o número de deputados necessário à verificação da constitucionalidade da medida que determina a redução salarial.

As medidas anunciadas pelo governo já previstas no OE podem levar ao despedimento de mais de 30.000 docentes. Tal significa que a medida atingirá docentes dos quadros. É necessário agir!



A FENPROF vai pedir a todos os professores para que se unam numa acção colectiva de pedido simultâneo e em massa de impugnação da redução dos seus salários.

Iniciativas, acções e lutas

É com o conjunto de objectivos prioritários imediatos abordados e contribuindo para a construção de uma indispensável convergência de vontades e acções que o Conselho Nacional da FENPROF aprova os seguintes iniciativas, acções e lutas:

I Empenhamento forte para que se mantenha **uma participação relevante dos docentes nas lutas convergentes com todos os sectores da sociedade** portuguesa, em especial no plano laboral;

II **Realização de reuniões, no 2º período**, nas escolas e agrupamentos, para debater os problemas e as formas de luta a desenvolver pelos professores no âmbito da acção reivindicativa específica, designadamente a realização de uma **grande iniciativa nacional, na 2ª quinzena de Março, que permita manifestar publicamente, não apenas a indignação, como as exigências dos docentes**;

III **Exigência, junto do Ministério da Educação, da realização da reunião** já solicitada para esclarecimento das questões colocadas sobre progressão na carreira e avaliação de desempenho, bem como sobre o impacto no emprego docente das medidas aprovadas para a Educação, no âmbito do Orçamento de Estado, aguardando por uma resposta no período até ao dia 10 de Dezembro, findo o qual, se esta não tiver sido dada, a FENPROF analisará a situação na reunião do seu secretariado de 13 e 14 desse mês e, a partir do dia seguinte, uma delegação da Federação deslocar-se-á e permanecerá nas instalações do ME até que a reunião ali tenha lugar;

IV **Impugnação dos salários, contestação jurídica da sua redução e recurso à Assembleia República** para que requeira a fiscalização sucessiva da constitucionalidade e avançando com acções em tribunal, quer pelos Sindicatos em representação dos seus associados, quer em termos individuais;

V **Exigência de realização do concurso de professores em 2011**, através de uma ampla assinatura de um postal nesse sentido, da denúncia do número de professores contratados existente em cada escola, do lançamento de uma petição on-line e da subscrição de uma posição de exigência por parte de pais e outros agentes educativos. Interpelação aos grupos parlamentares da Assembleia da República para que desenvolvam iniciativas naquele sentido, de acordo até com resoluções ali aprovadas recentemente;

VI Exigência da **concretização dos concursos e dos regimes transitórios consagrados nos diplomas de revisão das carreiras** do ensino superior, bem como da estabilidade contratual e do direito à carreira para os investigadores contratados e para os docentes do ensino superior privado;

VII Exigência, no ensino superior, da aplicação das subidas de escalão cuja data de início de **produção de efeitos seja anterior a 01/01/2011**;

VIII **Denúncia pública das consequências da constituição de mega-agrupamentos em 2010/2011** e dos impactos de uma eventual conclusão desse processo;

IX Tomada de posição nas escolas (educação pré-escolar e ensinos básico e secundário) de **exigência de suspensão do regime de avaliação**, do prolongamento do processo de "apreciação intercalar" até final do ano escolar e do início, desde já, da revisão do modelo de avaliação;

X Exigência da negociação para **adaptação da avaliação de desempenho dos docentes noutros ministérios** e promoção de tomadas de posição individual nesse sentido dirigidas ao ministério de tutela;

XI Desenvolvimento de um conjunto de iniciativas, nas escolas, em torno dos **horários de trabalho**;

XII **Realização de reuniões com municípios** para conhecimento da situação concreta no que respeita a transporte de alunos, refeições, acção social escolar, AEC; levantamento de principais dificuldades e detecção de situações de eventual pré-ruptura, transmitindo a disponibilidade da FENPROF para convergir com autarquias e associações representativas das mesmas em acções que visem denunciar e combater as situações de sub-financiamento e suas consequências.

XIII Dinamização de iniciativas que envolvam a comunidade educativa em torno do **Manifesto sobre a Escola Pública**. ●

Análise do Orçamento de Estado para 2011

Orçamento desvaloriza a Educação e ataca as funções sociais do Estado

O valor global do impacto das designadas medidas de racionalização de recursos na Educação atinge 0,4% do PIB. Corte brutal, sabendo-se que a percentagem de participação da Educação atingiu valores próximos dos 6% do PIB (2002), rondando agora valores que correspondem a um franco retrocesso, colocando Portugal, novamente, na cauda dos países da União Europeia.

Os professores, em particular, e os trabalhadores de educação, em geral, têm razões suficientes para afirmarem a sua preocupação, mas, ao mesmo tempo, a sua indignação por dois motivos principais:

1. A despesa realizada em Portugal no último quarto de século não retirou Portugal da segunda parte da tabela dos indicadores de Educação. Tal fica a dever-se a diversos factores condicionadores, de que relevam as políticas erradas seguidas pelos sucessivos governos.

2. As medidas agora anunciadas projectam, para 2011, uma situação de catástrofe iminente, pela evidente impossibilidade que as escolas apresentarão para atingir as metas definidas pelo Governo, já que não é de afastar a possibilidade de, face às reduções propostas – de financiamento e de horas para a organização e funcionamento – algumas entrarem em situação de ruptura.

Tomemos como referência para esta reflexão introdutória a Recomendação do Conselho Nacional de Educação - "Recomendação sobre o Estado da Educação 2010", na qual considera ser necessário:

- Expandir a rede de educação pré-escolar, como forma de anular as graves assimetrias regionais hoje existentes e as assimetrias em contexto de grandes centros urbanos;
- Aprofundar a intencionalidade educativa da oferta na primeira infância;
- Compatibilizar as estruturas educativas com a vida familiar e com as necessidades decorrentes do trabalho;
- Garantir uma maior compatibilização da escola com a sociedade e os contextos familiares;
- Anular o desfasamento entre a idade real e a idade de frequência dos alunos, aspecto essencial, se se quiser dar eficácia verdadeira ao alargamento da escolaridade obrigatória até aos 12 anos;
- Anular o desfasamento existente, designadamente, entre nativos e imigrantes, ao nível dos resultados escolares;
- Elevar as taxas de escolarização e de frequência do ensino secundário;

- Elevar a taxa de conclusão do ensino secundário;
- Elevar os níveis de literacia em leitura, matemática e ciências;
- Articular a actual rede de ofertas e de cursos no ensino superior;
- Elevar significativamente, aproximando-a da média europeia, a taxa de conclusão do ensino superior;
- Articular a frequência do ensino secundário com o ensino superior, relevando o interesse do prosseguimento de estudos;
- Anular as desigualdades de género hoje ainda existentes no sistema de ensino, designadamente contrariando a taxa de conclusão de cursos do ensino superior, mais baixa entre as mulheres diplomadas em Matemática, Ciências e Tecnologia;
- Tomar medidas conducentes à renovação da população docente;
- Apoiar o investimento em educação especial;
- Aumentar a percentagem dos alunos do 1.º ciclo abrangidos pelo Programa de Bibliotecas Escolares;
- Analisar as formas de apoio ao nível da Acção Social Escolar, dando-lhe maior eficácia e interesse público.

O CNE aponta estas necessidades a partir da constatação de que a evolução registada nos últimos 36 anos está ainda longe dos índices mais favoráveis nos diversos aspectos referidos, situando-se mesmo abaixo da média da União Europeia, seja quanto às qualificações dos portugueses, seja quanto à capacidade de o Governo conseguir cumprir metas definidas para 2020.

A FENPROF considera que estas preocupações deveriam ser objecto de um tratamento empenhado por parte do Governo, assumindo (no que esta Federação acompanha o CNE) como decisiva a aprovação urgente de um **plano de desenvolvimento do sistema educativo** que as contemple.

Ora, **o Orçamento de Estado para 2011 não reflecte estas prioridades, nem qualquer preocupação em garantir um percurso que aproxime a Escola dos sujeitos activos do sistema educativo**. Da mesma forma, o Orçamento de Estado aponta como objectivos a atingir em 2011: Concretizar a universalização da frequência da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário para todos, alargar as oportunidades de qualificação certificada para jovens e adultos, promover a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos e valorizar a escola pública, reforçar as condições de funcionamento, os recursos e a autonomia das escolas, valorizar o trabalho e a profissão docente. **Estes são claramente postos em causa com este Orçamento de Estado**.

Não acompanhar em matéria orçamental estas preocupações do CNE, integrando-as apenas num discurso de intenções que, sem quaisquer garantias do seu cumprimento, é muito grave. Desta forma, para além da recusa de um orçamento de progresso, suporte de profundas e necessárias melhorias em Educação, revela-se uma clara e inequívoca opção do Governo e da sua equipa ministerial, contrária ao desenvolvimento da Escola Pública e ao serviço público universal de educação e ensino. Fragilizam-se, também por esta via, as funções sociais do Estado.

Contra as escolas, contra os professores

Assim, o Secretariado Nacional da FENPROF considera que o Orçamento de Estado para 2011:

a) Agrava a situação de subfinanciamento da educação, introduzindo cortes inadmissíveis que põem em causa programas como os de "Educação para a Saúde" ou o de "Bibliotecas Escolares", bem como, de uma forma geral, uma resposta educativa de qualidade. O anúncio de um corte de 63,6% no investimento (de 295,5 milhões de euros para 106,5 milhões de euros) é desastroso, comprometedor e irresponsável; o decréscimo das despesas com pessoal na ordem dos 9,6% (de 5.250 milhões para 4.776 milhões de euros) é sintomático da desvalorização que o Governo faz todos os dias do factor trabalho; uma redução global de mais de 800 milhões de euros no orçamento do Ministério da Educação é o retrato de uma política de fachada que andou a trabalhar para a estatística, não deixando quaisquer alicerces para o futuro do sistema educativo. A este corte somar-se-á uma redução nas transferências para as autarquias, da ordem dos 5%. É um quadro que suscita enormes receios sobre a capacidade da escola em prestar uma efectiva resposta social, já que os orçamentos das autarquias não responderão, nem de perto, nem de longe, ao cada vez maior número de solicitações com que a Escola se defronta. Refira-se, a este propósito, que a taxa de execução das cartas educativas, por parte das Câmaras Municipais, se situa no final de 2009/2010 em cerca de 30%.

Eis algumas das medidas mais gravosas, com maior impacto na vida das escolas e na prestação do serviço público de educação, quer pela influência muito negativa na qualidade de ensino e das aprendizagens, quer pelo agravamento evidente das condições de exercício da profissão e de trabalho docente e de estudo:

- Redução de docentes no ano lectivo de 2010/2011;
- Alterações curriculares (eliminação da área projecto e do estudo acompanhado)
- Obrigatoriedade dos bibliotecários leccionarem 1 turma;
- Redução do financiamento para o "Programa Escolhas";
- Reformulação do programa de Educação para a Saúde;
- Reorganização do financiamento dos programas para o Plano Nacional de Leitura e a Rede de Bibliotecas Escolares;
- Reordenamento da Rede Escolar – redução dos encargos com os órgãos de gestão;
- Redução do crédito horário das escolas
- Redução do número de horas de assessoria à direcção das escolas;
- Alteração das condições para dispensa da componente lectiva de coordenadores de estabelecimento de ensino;
- Redução das horas das equipas do Plano Tecnológico da Educação;
- Redução das situações de mobilidade para outras funções;

> ***Este OE desvaloriza o papel insubstituível dos professores, ataca a sua honra enquanto profissionais dedicados, e introduz factores de discriminação inaceitáveis, sem fundamentação.***

- Redução no orçamento de funcionamento das escolas;
- Redução da componente lectiva - trabalho nocturno;
- Redução das despesas de anos anteriores;

Por outro lado, o Relatório sobre o OE 2011 transfere para o domínio de gestão de fundos comunitários áreas cujo funcionamento passará a depender de decisões alheias ao Estado, desconhecendo-se, inclusivamente, o que acontecerá depois de 2013: Financiamento dos docentes contratados para escolas dos "Territórios Educativos de Intervenção Prioritária"; Cursos de Educação e Formação e Cursos Profissionais das Escolas Públicas – Pagamento dos encargos.

Estas orientações/opções que enformam o Orçamento de Estado da Educação para 2011 têm contudo um traço comum, um padrão de execução – está subjacente a todas elas a criação de condições para o despedimento de professores, para o aumento da sua carga horária e para assoberbamento dos professores com mais e mais responsabilidades, impossibilitando cada vez mais a realização profissional destes trabalhadores.

b) Constitui mais um extremar dos ataques aos direitos dos professores, para além de negar o acordo global firmado em 8 de Janeiro de 2010 com o ME e os processos negociais que decorreram no âmbito da revisão dos estatutos de carreira do ensino superior; congela as progressões e as promoções nas carreiras; rouba de forma irrecuperável o tempo de serviço cumprido durante todo o ano de 2011; altera de forma unilateral a escala indiciária da carreira docente, a relação entre o índice 100 de base e os diversos desenvolvimentos da carreira, à margem de qualquer negociação com as organizações sindicais. O Governo, com este OE 2011, nega, ainda, os compromissos negociais assumidos com as organizações representativas dos docentes, designadamente quanto à realização indispensável de um concurso de vinculação e para a mobilidade interna dos professores e educadores. A não realização deste concurso, para além de negar os compromissos assumidos e não acolher Resoluções da Assembleia da República (Resolução da Assembleia da República n.º 35/2010, que "Recomenda a integração excepcional dos docentes contratados com mais de 10 anos de serviço", e Resolução da Assembleia da República n.º 37/2010 que "Recomenda ao Governo que promova a estabilidade e qualificação do corpo docente nas escolas), põe, ainda, em risco o normal funcionamento das escolas, hoje com um índice de precariedade muito elevado que impede a estabilização do seu corpo docente.

c) Ao proceder a uma feroz redução salarial, à supressão/redução de prestações sociais, ao aumento de impostos, à elevação das contribuições dos trabalhadores para a Caixa Geral de Aposentações, à redução das comparticipações de ADSE, esta proposta desvaloriza o papel insubstituível dos professores, ataca a sua honra enquanto profissionais dedicados, e introduz factores de discriminação inaceitáveis, sem fundamentação.

Em síntese, reiterando posições já manifestadas junto da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, a FENPROF considera:

IRS, CGA e ADSE

Para além dos brutais cortes salariais, os trabalhadores da educação, como a generalidade dos trabalhadores portugueses, estão em vias de sofrer um agravamento fortíssimo do IRS (quer através da diminuição das deduções específicas, quer através da imposição dos tectos nos benefícios fiscais), a que acrescem um aumento de 1% no desconto para a CGA e uma diminuição das comparticipações da ADSE em 15%! ●

A – Educação: cortes nas remunerações certas e permanentes; dotações para os contratos a prazo

O Ministério da Educação é, de longe, aquele em que o corte de salários é mais expressivo. **Só em remunerações certas e permanentes representa 63,5% dos cortes totais dos Serviços Integrados de toda a Administração Pública**. O que significa uma quebra, relativamente a 2010, de 412,5 milhões de euros (menos 9,2% que as dotações previstas para o ano em curso) Só para ter um termo de comparação, o serviço integrado que mais contribui, a seguir ao Ministério da Educação, **para os cortes totais** das remunerações certas e permanentes, é o Ministério da Defesa com 10,1%.

Por outro lado, se olharmos **as dotações para contratos a prazo previstas para 2011**, o Ministério da Educação irá ter uma dotação de 167,5 milhões de euros (representa 95,6% do total de todas as dotações para contratos a prazo) o que, tendo em conta uma redução de cerca de 20%, se compararmos com o corrente ano de 2010, permite perceber a medida da opção pela precarização da profissão docente. Isto, apesar da quebra brutal do número de professores que poderá ter lugar em 2011 (bem acima dos 20% de docentes contratados, que representariam cerca de 6.000 docentes), feito através da desarticulação cega de componentes curriculares, da redução de horas para o desempenho de cargos e funções, incluindo as do âmbito da gestão, da alteração do regime de funcionamento de serviços essenciais às escolas como as bibliotecas, entre outros expedientes que agravarão substancialmente as condições de trabalho dos professores e das escolas.

A este quadro de violento ataque a um serviço público essencial, como o da Educação, junta-se a quebra de 113,75 milhões de euros nas remunerações certas e permanentes do **Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior** (54,4% do total dos cortes dos serviços e fundos autónomos), o que representa uma redução, relativamente a 2010, superior a 11%. Nestes serviços, o maior corte, a seguir ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, situa-se no Ministério da Saúde (89,9 milhões de euros), que sofre cerca de 43% dos cortes totais.

B – Educação: redução das despesas de capital e de funcionamento

As medidas de **redução das despesas de capital**, previstas na proposta de Orçamento para 2011, cifram-se, em termos de PIDDAC, em 0,04% do PIB, ou seja, cerca de 72 milhões de euros. Ao nível das **despesas de funcionamento**, está previsto um corte de 0,4% do PIB, o que significa cerca de 720 milhões de euros.

Um orçamento que se constitui como um tremendo ataque aos trabalhadores da administração pública

A FENPROF afirma que está a ser posto em causa o direito dos trabalhadores de, através das suas organizações sindicais representativas, participarem na negociação do seu futuro profissional e das condições que passarão a reger as suas relações laborais, como a Lei e a Constituição consagram.

Assim, tendo em conta o conjunto dos aspectos previstos na proposta de Orçamento de Estado, designadamente "Redução remuneratória", "Proibição de valorizações remuneratórias", "Ajudas de custo, trabalho extraordinário e trabalho nocturno", "Recrutamento de trabalhadores nas instituições do ensino superior públicas", "Suspensão do regime de actualização do valor do indexante dos apoios sociais, das pensões e outras prestações sociais " e "Congelamento do valor nominal das pensões", a FENPROF considera que:

a) **As medidas propostas violam direitos fundamentais dos trabalhadores** e de qualquer cidadão;

b) Contrariam, no texto e no espírito, o acordo firmado em 8 de Janeiro de 2010 entre os professores, através das suas organizações sindicais representativas, e o Governo, representado pela Ministra da Educação, em 8 de Janeiro de 2010; a legislação sequencialmente publicada respeitante ao Estatuto da Carreira Docente; os estatutos de carreira do ensino superior, posteriormente revistos e alterados em sede do parlamento português, e que configuram mudanças profissionais significativas.

Designadamente quanto ao direito à retribuição, direito universal do trabalhador que se encontra especialmente protegido na Constituição da República Portuguesa (CRP), a medida de redução salarial é, por esse motivo, restritiva. Não apresentando um carácter transitório, entra em conflito com a CRP. Por outro lado, suscita fortes dúvidas quanto à sua constitucionalidade, ao impor, a um conjunto de trabalhadores, medidas restritivas dos seus direitos, medidas cuja fundamentação não se mostram como inevitáveis para atingir os fins propostos.

Neste contexto, o Secretariado Nacional da FENPROF considera que a proposta de lei do Orçamento de Estado é violadora da Constituição por:

- Se revelar fortemente discriminatória **(contrariando o princípio da igualdade)**, fazendo incidir medidas gravosas sobre um grupo pré-determinado de cidadãos, suscitando fundadas dúvidas sobre o carácter absolutamente necessário das medidas impostas sem cuidar de soluções alternativas mais justas;
- Contrariar as **legítimas expectativas geradas** sobre os docentes portugueses por violar os quadros legais vigentes relativamente às suas carreiras, contraria **o princípio da confiança**;
- Reduzir o valor dos salários fixados na lei, alterando a escala indiciária e retirando-lhe coerência de forma unilateral e autoritária, anula **o direito dos trabalhadores à negociação colectiva**. ●

Para além das quebras já referidas, a proposta de Orçamento para 2011 prevê outras, designadamente para a Educação Pré-Escolar, em 8,8%, num momento em que se pretende afirmar a sua universalização, bem como das transferências para o Ensino Particular e Cooperativo.

A FENPROF afirma, por isso, num momento em que o sistema público de Educação **deverá responder ao exigente desafio do alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, atingir as metas educativas fixadas até 2015, reduzindo significativamente as taxas de abandono e insucesso escolar, universalizar a Educação Pré-Escolar, como diz defender o Governo, a partir dos 3 anos de idade, alargar as oportunidades de qualificação e certificação para jovens e adultos, reforçar as condições de funcionamento, os recursos e a autonomia das escolas**, não se pode compreender como manter tais objectivos, reduzindo, ao mesmo tempo, o número de professores, promovendo a instabilidade do corpo docente das escolas, retirando a estas horas essenciais para a sua organização pedagógica, reduzindo drasticamente o investimento e as verbas de funcionamento.

É também com grande preocupação que a FENPROF assiste à redução de benefícios e apoios sociais que são fundamentais para que famílias cada vez mais empobrecidas possam suportar os custos da frequência da escola, por parte dos seus filhos. ●

Conclusão

Perante a injustiça das medidas que o Governo pretende implementar, a violação da confiança que tem de existir entre o Estado e os cidadãos portugueses e a supressão de direitos consagrados a partir de importantes conquistas que representam enormes avanços civilizacionais, a FENPROF manifesta o seu profundo desacordo com a proposta que se encontra em audição parlamentar, defendendo a sua eliminação e a adopção de outras medidas que não ponham em causa o direito inalienável a uma vida digna e a uma sociedade justa e solidária.

A proposta de Orçamento de Estado manterá, no essencial, os rendimentos e os lucros fabulosos do grande capital financeiro, continua a ser ineficaz perante a saída, avultadíssima, de capitais para o estrangeiro, não taxa devidamente as transacções em bolsa e trata cidadãos e entidades do mesmo país de maneira diferente, pondo em causa o próprio Estado e a boa fé da governação.

É um orçamento que terá efeitos recessivos, que perpetua erros já cometidos e que agrava a elevada dependência externa do país perante a inevitabilidade crescente e progressiva de endividamento de Portugal junto da banca, no país e no estrangeiro, pondo em causa a soberania nacional.

A FENPROF repudia a orientação e as medidas que farão deste orçamento um mau orçamento. Com elas, garantidamente, perde a Educação, perdem os Professores e todos os Trabalhadores, perde o País. ●

Orçamento de Estado

Reduções orçamentais são ataque violento também no Ensino Superior

As consequências do Orçamento de Estado para a Educação serão extremamente negativas.

Mas não apenas para a Educação Pré-Escolar e os Ensinos Básico e Secundário, também para o Ensino Superior e a Investigação Científica. A esse propósito, o Secretariado Nacional da FENPROF, por proposta do seu Departamento para o Ensino Superior e Investigação, aprovou a seguinte Declaração:

Declaração no ensino superior

Reduções orçamentais são ataque violento contra docentes e investigadores científicos
Põem em causa o funcionamento das instituições e qualidade da actividade

A FENPROF considera que a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2011, apresentada pelo Governo e apoiada pelo PSD, é recessiva para a economia e fere gravemente o Estado Social, sendo muito negativa para o Ensino Superior, pelas seguintes razões principais:

1. Cerceia gravemente a capacidade de intervenção estratégica do Ensino Superior e da Ciência para o desenvolvimento do país e para a superação da crise, devido à diminuição significativa dos orçamentos de funcionamento, que vai muito para além do que se pretende impor como cortes nos salários, pondo fortemente em risco a possibilidade do cumprimento dos chamados Contratos de Confiança, assinados entre as Instituições e o Governo, que incluem metas muito ambiciosas a atingir no que se refere ao aumento das qualificações da população activa.

As reformas que têm vindo a ter lugar no Ensino Superior, que em muitos aspectos têm merecido a discordância da FENPROF - são disso exemplo: a participação na gestão democrática, constante do RJIES, a tentativa de submissão das instituições às leis do mercado e a critérios estreitos de rentabilidade económica, visados pela criação de Fundações com regime de direito privado; o arremedo de reforma dos cursos, realizada no âmbito do chamado Processo de Bolonha, aplicado em muitos casos de forma burocrática e desvalorizando a prossecução da cultura integral do indivíduo, em favor do objectivo imediatista da "empregabilidade" –, têm-se ressentido muito negativamente desta situação de desinvestimento continuado que, entre 2007 e 2009, atingiu os 20% e que, apesar de um movimento de sentido inverso, em 2010, que ficou, no entanto, muito longe de compensar os cortes dos anos anteriores, regressa agora, em 2011.

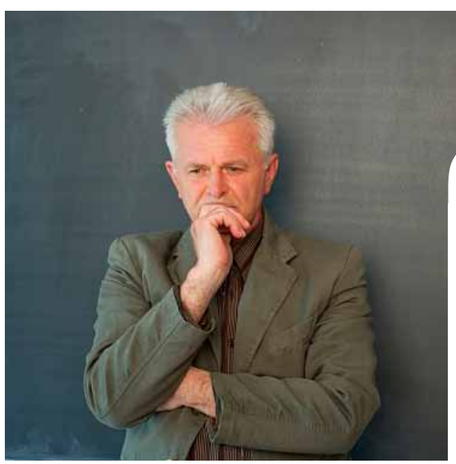
A liberalização das propinas em grande parte dos mestrados (cujo encurtamento visava o aumento da sua frequência), combinada com o desinvestimento no Ensino Superior Público, veio refrear o potencial de crescimento da procura e assim contrariar a necessidade de aumentar a democratização do acesso e da frequência do ensino superior, em particular nos 2º e 3º ciclos (mestrado e doutoramento).

2. Limita fortemente e põe em risco o cumprimento das metas estabelecidas nos estatutos das carreiras revistos, quanto a números mínimos de lugares de professor de carreira nas categorias de topo, por via da imposição de um forte condicionamento à realização dos indispensáveis concursos.

Os concursos, que a muito custo, têm sido abertos, não têm permitido sequer substituir os professores das categorias de topo que se têm aposentado pelos seus colegas mais qualificados das categorias de base. A continuação do bloqueio dos quadros, não apenas impede - tal como o congelamento das progressões - o reconhecimento e a recompensa do mérito profissional, como, sobretudo por esse facto, tolhe a sua capacidade de iniciativa e o seu reconhecimento profissional que são indispensáveis ao crescimento do impacto social do ensino superior e ao aumento da sua internacionalização.

3. Acentua a desvalorização das carreiras docentes e de investigação científica, ao reduzir e de forma muito violenta, os vencimentos da generalidade dos docentes e investigadores, prevendo tornar definitiva essa redução. Acresce o facto de, ao congelamento das mudanças de escalão que teve lugar em 2005, se prever outro, com início em 1/1/2011, tornando estas carreiras menos atractivas.

Até ao momento, devido ao atraso da negociação da revisão das carreiras, cuja responsabilidade é do MCTES, e por causa dos atrasos na aprovação e aplicação dos regulamentos da avaliação do desempenho, não há mudanças de escalão na categoria, desde final de Agosto de 2005, mesmo depois destas terem sido descongeladas a partir de 1/1/2008. Para tal, contribuíram as alterações introduzidas que tiveram como objectivo reduzir drasticamente o número de progressões, face à situação anterior ao congelamento. ●



"A continuação do bloqueio dos quadros, não apenas impede o reconhecimento e a recompensa do mérito profissional, como, sobretudo por esse facto, tolhe a sua capacidade de iniciativa e o seu reconhecimento profissional

Reivindicações da FENPROF

A FENPROF, em relação ao ensino superior e investigação, reclamou:

a) O reforço dos orçamentos de funcionamento das instituições de ensino superior públicas, previstos na Proposta Lei do OE para 2011 apresentada pelo Governo, de maneira a possibilitar, com qualidade e eficácia, o cumprimento dos Contratos de Confiança que assinaram com o Governo, garantindo-lhes as condições materiais e os

recursos humanos necessários, em particular, no que se refere à disponibilidade de corpos docentes e de investigação, com um número suficiente de efectivos; à repartição adequada (aprovada pelo Governo nos estatutos das carreiras) dos professores pelas diversas categorias e à estabilidade contratual, condição indispensável para o exercício efectivo da liberdade académica.

b) O respeito pela autonomia das instituições que, dentro das dotações orçamentais, deverão poder gerir livremente os seus recursos, sem interferências do poder central, porque só assim poderão estar à altura de cumprir com qualidade e eficácia as elevadas missões que lhe estão confiadas pela Sociedade, como lhes é expressamente reconhecido na Constituição da República Portuguesa. ●

FERNANDO VICENTE (Dirigente do SPRA, Membro do CN da FENPROF)

Sabes qual é o valor do teu índice?

Nunca, até agora, nenhum governo decidiu atacar de forma tão veemente e despudorada os salários dos seus trabalhadores.

Este governo, pautado por um conjunto de objectivos que visam o lucro dos maiores e mais poderosos, decidiu promover uma política de desvalorização do trabalho, cortando nos salários, e de destruição do estado social, retirando alguns dos, já poucos apoios, que uma parcela de cidadãos ainda usufruía, nomeadamente abono familiar, subsídios de desemprego, descontos nos medicamentos, complementos solidários, benefícios fiscais....

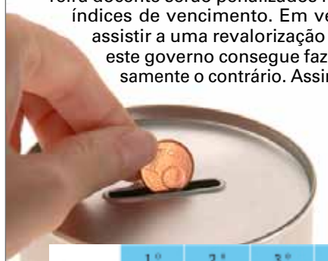
É nesta caminhada sem fim à vista, que no início do próximo ano todos os trabalhadores da Administração Pública vão ter os seus vencimentos diminuídos por força da lei do Orçamento de Estado de 2011. No caso dos professores e educadores, esse roubo salarial vai desde os 260,82€ até aos 3. 436, 87€ anuais, conforme se esteja no 1º índice da carreira (167) ou no "último" (índice 340). Assim, todos os professores integrados na carreira docente serão penalizados nos seus índices de vencimento. Em vez de se assistir a uma revalorização salarial, este governo consegue fazer precisamente o contrário. Assim, todos os índices salariais dos professores vão ser "renumerados"! (ver tabela).

A partir de Janeiro, nenhum professor reconhecerá o seu índice de vencimento. Ora vejamos: um docente em início de carreira em vez de estar posicionado no índice 167, mudará para o índice 165; um docente no meio da carreira, com calejamento de 20 anos de leccionação, em vez de estar no índice 245 (6º escalão), agora ficará no 234 (perdendo escandalosamente 116,86€ por mês, num total de 1.636,01€ por ano!). Desta maneira, verifica-se a proeza de ficar abaixo do índice que corresponde ao escalão anterior – 5º escalão, índice 235!

Esta mesma situação aplica-se ao último escalão que foi negociado, e resultou no Acordo entre o ME e a FENPROF, em que o novo índice 370 será eternamente uma miragem, pois não será alcançado por nenhum professor. Quando for atingido, este corresponderá ao valor do índice 338, muito abaixo do anterior topo da carreira – índice 340!

Toda esta "engenharia dos índices", associada aos agravamentos do IRS, aumento do IVA, congelamento de progressões.... leva a que se assista a um corte, que poderá chegar aos dois salários anuais. Inadmissível!

E tu? Sabes quanto vais perder mensal e anualmente? E já agora? Sabes em que índice é que estás? ●



	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º
Actual	1.518,63 167	1.709,60 188	1.864,19 205	1.982,40 218	2.137,00 235	2.227,93 245	2.473,46 272	2.718,99 299	3.091,82 340	3.364,60 370
Intenção do Governo	165 1.500,00	181 1.649,76	198 1.798,94	210 1.913,02	225 2.049,38	234 2.124,55	256 2.330,00	279 2.535,73	313 2.850,66	338 3.077,29
Perda anual(*)	260,82	837,76	913,50	972,32	1.226,68	1.447,32	2.008,44	2.565,64	3.376,24	–

* valores calculados exclusivamente a partir da redução salarial, a que devem acrescer os aumentos do IRS e CGA, bem como a redução das comparticipações na ADSE. Adicionar ainda o fim do abono de família.

Adesão dos docentes à greve geral atingiu os 75%

Uma grande resposta que merecerá continuação!

É da ordem dos 75% a percentagem de professores e educadores que participaram na Greve Geral de 24 de Novembro. Esta é a taxa de adesão a que a FENPROF chegou, tendo em conta os dados disponíveis, que são muitos. É ainda de salientar que mais 80% dos estabelecimentos encerraram tendo sido neles que se registaram os níveis mais elevados de adesão por parte dos docentes, incluindo os que integram os órgãos de direcção das escolas.

Este é um sinal muito importante que os professores dão de indignação e de não resignação face ao que o Governo, também através do Orçamento de Estado, está a fazer: desvalorizar a profissão e o exercício profissional docente; reduzir ou eliminar direitos sociais e profissionais; degradar as condições de trabalho nas escolas; baixar os níveis de apoio social às famílias num momento em que estas se encontram em rota de empobrecimento… e, como se não bastasse, arrastar problemas que constituem factor de forte perturbação das escolas, como seja o actual regime de avaliação de docentes ou o regime de horários de trabalho.

São esses sinais que a FENPROF saberá interpretar para dar continuidade à luta dos professores. Com o objectivo de fazer um balanço da Greve Geral e da participação dos professores na mesma, bem como de debater e fixar as prioridades para a sua acção futura e as formas de luta a adoptar, o Secretariado Nacional da FENPROF esteve reunido no dia 26 de Novembro, e o Conselho Nacional no dia seguinte, 27. ●

Um dia sem aulas

"Uma resposta grandiosa". Foi assim que o Secretário Geral da FENPROF caracterizou, às 11 horas, a participação dos educadores e professores na Greve Geral de 24 de Novembro. **Mário Nogueira** falava aos jornalistas (nacionais e estrangeiros) junto à Escola Marquesa de Alorna, em Lisboa, num *ponto de situação* em que também estiveram presentes **Manuel Carvalho da Silva**, Secretário Geral da CGTP-IN, e outros dirigentes sindicais, nomeadamente da União dos Sindicatos de Lisboa (USL) e do sector da Administração Pública.

"Um dia sem aulas", é o cenário a nível nacional, sublinhou Mário Nogueira. "Trata-se de uma grande adesão, de norte a sul do país, dos Açores à Madeira. Em muitos concelhos não há uma única escola aberta", observou mais adiante.

O dirigente da FENPROF referiu ainda que "onde foi possível recolher dados, o balanço é de uma forte participação em todos os sectores de ensino: pré-escolar, 1º ciclo, 2º e 3º ciclos, secundário, educação especial, particular e cooperativo e mesmo no superior e na investigação".

"Os professores identificam-se com os objectivos desta greve", destacou Mário Nogueira, afirmando que "esta contestação muito forte" é também uma reacção às injustiças que se vivem no ensino. Não está em causa apenas o corte no salário, registou noutra passagem. "Os docentes estão preocupados com a qualidade da educação e com o funcionamento das escolas".

Apesar de ainda não estar na posse de todos pormenores da adesão à greve, o Secretário Geral da FENPROF garantiu que se trata de uma elevada participação de docentes, com percentagens entre os 70 e os 98 por cento.

Por seu turno, Manuel Carvalho da Silva destacou também a forte adesão nas escolas – "é muito positivo que os profissionais do ensino não se desmotivem" – e reafirmou que "esta grande greve geral é transversal aos sectores e profissões", dando variados exemplos dessa forte participação: dos bancários aos pilotos da TAP, dos trabalhadores das Câmaras Municipais ao sector privado, salientando ainda, entre outros exemplos, que pela primeira vez estão paralisados todos os portos.

"Há uma clara tendência para o aumento da adesão à greve ao longo do dia", nomeadamente nos transportes, referiu Carvalho da Silva que chamou atenção para as pressões desencadeadas por chefias em vários grupos empresariais (caso da Caixa Geral de Depósitos) mas que, graças à firmeza dos trabalhadores, não tiveram os resultados pretendidos.

"O país precisa de reagir e precisa de solidariedades. Esta forte adesão à greve geral é um bom sinal para o futuro", concluiu. | **JPO** ●

Mário Nogueira em declarações à comunicação social no dia da greve

Escolas encerradas: foi assim em todo o país…

Sendo um sector particularmente visível da greve geral de 24 de Novembro o ensino revelou grande adesão com mais de 80 por cento das escolas encerradas, cobrindo todo o território nacional. Aconteceu assim na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, fazendo com que, geograficamente, o país não tivesse aulas.

Porém, mesmo nos sectores em que, em greves conjuntas com a restante administração pública, é mais difícil contabilizar a adesão à greve, esta teve uma particularidade e que foi a de os docentes fazerem questão de a manifestar, participando, activamente no protesto. E foi assim, quer nos 2.º e 3.º ciclos, quer no ensino secundário, quer ainda no ensino superior que registou uma adesão significativa.

São exemplos de escolas encerradas, as EBs 2,3 de Lamaçães, Nogueira e Francisco Sanches, em **Braga**; todas as escolas da cidade da **Covilhã**; a EB 2,3 S. Martinho do Porto (Alcobaça, distrito de **Leiria**) a Calazans Duarte ou a D. Pedro I, do mesmo distrito (entre muitas outras), as secundárias Rainha Dona Amélia, António Arroio, Josefa de Óbidos e Camões, todas de **Lisboa**. Ou ainda: na ES Fernando Namora, na **Amadora** e nas EB 2,3 Ruy Luis Gomes, António Gedeão ou a Daniel Sampaio e ES Anselmo de Andrade, todas de **Almada**. Ainda na **região centro**, relevo para as EB 2,3 e Secundárias de praticamente todas as capitais de distrito (com particular incidência em **Coimbra, Viseu**, **Castelo Branco** e **Guarda**)e sedes de concelho que não só encerraram, em muitos casos, como registaram elevados índices de adesão.

Voltando ao norte, e ao distrito do **Porto**, é de sublinhar que um vasto conjunto de escolas de vários níveis de ensino estiveram de portas fechadas a 24 de Novembro, como sucedeu, por exemplo, nas secundárias Rodrigues de Freitas, Clara Resende, Senhora da Hora, Gueifães, Maia, Águas Santas, Rocha Peixoto e Póvoa e nas EB 2,3 Gueifães, Maia, Ramalho Ortigão, Porto, Trofa e Canidelo, entre muitos outros exemplos possíveis.

No distrito de **Santarém** o dia 24 de Novembro foi um dia sem aulas nas EB 2,3 Fazendas de Almeirim, na EB 2º e 3º Ciclos D Afonso IV, na Conde de Ourém, na EB 2º e 3º Ciclos Santa Iria – Tomar, na EB 2,3 Ciclo Ensino, na ES. D Maria II - Vila Nova da Barquinha e na EB 2,3 Ciclos Freixianda – Ourém. Fechados estiveram também, no distrito de **Beja**, estabelecimentos de ensino como a EB 2.3 Santa Maria, Santiago Maior e Sabóia.

O mesmo sucedeu um pouco por todo o **Alentejo**. Em **Portalegre** não tiveram aulas, entre muitas outras, a EB 2,3 José Régio e EB 2,3/JI de Marvão. No Algarve, o cenário foi idêntico. Apenas alguns exemplos: as secundárias João de Deus, **Faro**, Júlio Dantas, Lagos, Olhão, Loulé , Silves, Lagoa, V. Real de Sto António, Lagos, Laura Aires, Quarteira, Manuel Teixeira Gomes, Portimão ou a EB 2,3 Joaquim Magalhães, de Faro, não funcionaram.

Indo aos **Açores**, tomemos como exemplo, na Ilha Terceira, entre outras, as EBI de Angra, da Praia da Vitória, dos Biscoitos, a EB Jerónimo Emiliano de Andrade, Tomás de Borba, que fecharam portas. Já na **R.A. Madeira** fecharam as EB1/PE Campo de Baixo, EB1/PE Rochão (Camacha), PE Levadas Santa Cruz, EB1/PE Campanário, EB1/PE Lugar da Serra (Campanário), EB1/PE São Paulo, EB1/PE Lombada, EB1/PE Lombo São João, EB1/PE Madalena do Mar, EB1/PE Lombo Atouguia. EB1/PE Calheta, EB1/PECovão (Estreito). São apenas exemplos, a que se poderiam juntar centenas de estabelecimentos de ensino, mesmo no ensino superior, onde escolas como as Faculdades de Direito em Lisboa ou de Letras no Porto estiveram reduzidas a meia dúzia de salas. O protesto fez-se ouvir. | **JPO/LL** ●

+ INFO sites dos Sindicatos

impressões

PSD "aprova" OE para 2011 a "executar" por um governo moribundo

Diktat de Berlim satisfaz abutres portugueses

A satisfação evidenciada, pelos bobos do regime, na sequência da aprovação do Orçamento de Estado para 2011 – que corta salários, diminui drasticamente prestações sociais fundamentais, aumenta os impostos indirectos e cria as condições para uma profunda recessão – não afasta o cheiro nauseabundo de um governo em degradação acelerada.

A crise política é tão evidente que o actual "testa de ferro" dos interesses do capital financeiro, Passos Coelho, não tem qualquer pejo em afirmar que, em breve, dará as mãos ao Fundo Monetário Internacional para em conjunto com ele dirigir os destinos do que resta do país.

Compreende-se a sofreguidão do líder do PSD. O trabalho de sapa (algum bastante sujo!), com vista à destruição do estado social, tem vindo a ser feito, de forma diligente, pelos dois últimos governos do PS. O orçamento agora aprovado, expoente máximo dessa tarefa de destruição, constitui-se assim como o instrumento ideal das suas pretensões: castiga os trabalhadores, conduz à recessão, é de execução praticamente impossível e o responsável directo pela sua aprovação é o moribundo governo socialista. A entrada do FMI permitir-lhe-á, por outro lado, ter um amparo externo para uma nova alteração das leis laborais que incline, ainda mais, a corrente da riqueza produzida para os bolsos da minoria que detém o controlo do capital financeiro. Empobrecendo inexoravelmente o país e encaminhando-o para um verdadeiro colapso civilizacional, se entretanto nada for feito para o impedir.

Entretanto, no centro desta teia política está o maior responsável individual pela situação de degradação a que se chegou: Cavaco Silva.

Durante os dez anos em que foi primeiro-ministro trocou dinheiro e mordomias com origem europeia (que a nova e a velha burguesia trataram de delapidar) pela destruição sistemática do aparelho produtivo do país. Nos cinco anos que leva como presidente da república, não se tem cansado de dar conselhos ao governo socialista, tendo em vista o desmantelamento do que restava do estado social do início do seu mandato.

O país tem hoje mais de setecentos mil desempregados, mais de dois milhões de pobres e dezenas de milhar de crianças com fome. Os abonos de família já foram cortados e o orçamento agora aprovado diminui o conjunto das prestações sociais, mas as empresas podem distribuir lucros sem pagar impostos e os bancos vão ser taxados de tal maneira que ninguém sabe se daí virá alguma coisa para os cofres do estado.

> **"O país tem hoje mais de setecentos mil desempregados, mais de dois milhões de pobres e dezenas de milhar de crianças com fome**

Os trabalhadores da Função Pública vão sofrer cortes de salários entre 3,5% e 10%, mas os "boys" das empresas públicas não entram no esquema para evitar que "fujam"... para outras empresas públicas, ou eventualmente para o BPN, que se espera que o estado venda por 180 milhões de euros depois de lá ter metido, calcula-se, provavelmente por baixo, 4.500 milhões de euros.

O *diktat* alemão sobre os países periféricos da zona euro, consubstanciado pela necessidade de capitulação das suas economias ao euro/marco (que serve conjunturalmente o superavit comercial germânico) tem por cá os seus apoiantes, o capital financeiro e os seus homens de mão, que vai enriquecendo com as migalhas que lhe tocam da compra, com juros de rapina, da dívida soberana portuguesa. A desconfiança mútua, e o descrédito nas capacidades das suas clientelas políticas para o continuado exercício de espoliação de quem trabalha, não os deixa dormir descansados enquanto o FMI não aterrar na Portela.

Desenha-se assim a possibilidade de um triunvirato de matriz vincadamente neoliberal e anti estado social (Cavaco, Passos e FMI) passar a dominar o país daqui a seis meses. Se, apesar da luta sem tréguas dos trabalhadores portugueses (que teve no dia 24 de Novembro uma expressão fortíssima através da maior Greve Geral de que há memória!) tal vier a acontecer, teremos todos de nos preparar para um novo 25 de Abril. ●

ANTÓNIO NABARRETE (Membro do SN da FENPROF)

duas palavras

Continuar a lutar

A greve geral de 24 de Novembro, convocada pela CGTP-IN e pela UGT, terá registado uma taxa de adesão mais expressiva do que a primeira marcada pelas duas centrais, em 1988 – então, contra o chamado Pacote Laboral.

As organizações sindicais falam em cerca de três milhões de trabalhadores que aderiram à paralisação. O Governo, naturalmente, e como é habitual na confrontação de números relativos a protestos do sector público, refere valores substancialmente mais baixos. E não havendo a possibilidade de puxar a fita para trás e accionar a "pausa", de modo a permitir uma contagem nominal, cada lado ficará com a sua verdade.

Do lado de cá, os portugueses que quiseram olhar à volta sem constrangimentos interpretativos puderam dar-se conta de que os transportes públicos pararam, de facto, em larga escala, que os portos e aeroportos registaram paralisações históricas e que foi seriamente afectado o funcionamento de muitos serviços dos sectores da Justiça, da Saúde, das Finanças, etc.

No caso concreto da Educação, só quem padecer de perturbações – outras, que não oftálmicas – não percebeu que milhares de escolas estiveram encerradas e que muitas outras apenas cumpriram "serviços mínimos", assegurados por alguns que não viam oportunidade na convocação da greve (mas também não especificavam o timing desejável ou uma alternativa) e por uns quantos flintstones que insistem em significar a "greve" como uma despudorada malfeitoria de irresponsáveis a soldo de um qualquer "eixo do mal". Entre esses, evidentemente, vários são pressurosos defensores de que "os sindicatos não fazem nada", embora eles próprios raramente apareçam para fazer alguma coisa, com ou sem os sindicatos; outros, pura e simplesmente, alegam não ter jeito para fazer greve; e, até, uns quantos que confessam não gostar "disso"!

Curiosamente, no entanto, não se ouviram vozes significativas a colocar em causa a justeza da greve...

Considerações à parte, importa realçar que, de facto, a greve geral não veio alterar nada – nem esse era o objectivo –, mas reafirmou o veemente protesto dos trabalhadores (maioritariamente do sector público, percebe-se) contra a situação para que sucessivos governos e políticas de "bloco central" empurraram o país, renovando a sua disponibilidade para continuar o combate à brutal ofensiva que contra eles vem sendo desenvolvida.

Esse terá sido, pois, o principal e inequívoco sinal dado no dia 24 – a luta pode e deve continuar; pelo presente, mas também pelo futuro. Porque há alternativas e os trabalhadores não aceitam determinismos de "mercados" sem rosto ou mascarados. Sob que forma, terão de ser eles a decidir: consciencializando-se dos problemas e das dificuldades, identificando os seus responsáveis ou agentes provocadores, reflectindo e agindo colectivamente no âmbito das (ou com as) organizações que os representam. ●

ANTÓNIO BALDAIA | *antonio.baldaia@spn.pt*

cartoon

Henrique Monteiro

Teixeira dos Santos decidiu. Isabel Veiga sorriu!

Manifestação da Administração Pública de 6 de Novembro

Professores e educadores marcaram forte presença

O protesto contra o roubo dos salários e o ataque aos serviços públicos marcou a jornada da Administração Pública de 6 de Novembro, nas ruas de Lisboa, convocada pela Frente Comum.

Dezenas de milhar de trabalhadores oriundos de todas as regiões do país e de todas as esferas de actividade da Função Pública desceram a Avenida da Liberdade, em direcção à Praça dos Restauradores. Professores e educadores marcaram presença saliente nesta acção, realizada em período de preparação dinâmica da Greve Geral de 24 de Novembro.

São imprescindíveis Serviços Públicos de qualidade, quer para o desenvolvimento, que vise reduzir assimetrias no país, quer para dar resposta a um conjunto de necessidades, destacando-se, entre outras, a educação, a saúde, a justiça e a Administração Local – esta foi a *mensagem* que passou nesta jornada, muito saudada ao longo do demorado desfile, tanto nas palavras de ordem e nos panos, como nas intervenções que se ouviram na concentração final, nos Restauradores.

Como destacou **Manuel Carvalho da Silva**, a Greve Geral de 24 de Novembro "é, nas últimas décadas, a luta dos trabalhadores que dá mais sentimento de futuro". "É para criar perspectivas e responder às necessidades das jovens gerações", defendendo o "direito ao trabalho e ao salário e não apenas a um subsídio de subsistência", observou o Secretário Geral da CGTP-IN.

Já **Mário Nogueira**, Secretário Geral da FENPROF, afirmaria a dado passo: "Sócrates, Coelho e Cavaco podem ter chegado a acordo para manter as políticas, agravando as medidas que, de há muito, vêm impondo aos trabalhadores e aos da Administração Pública em especial… mas nós não estamos de acordo com eles e por isso estamos aqui hoje, estaremos com todos os trabalhadores e estamos disponíveis para continuar a luta, assumindo cada combate com denodo e convicção, conscientes de que os problemas não se resolvem num quadro de alternância no centrão."

Resolução aprovada

"É bem claro que os sacrifícios são só para alguns - os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas da população - como o confirma sobejamente a distribuição do PIB que vai para os salários, que passou de 59%, em 1975, para 34,1%, em 2009, percentagem inferior à que se verificou no último ano do fascismo, 47,4%", destaca a resolução aprovada em 6 de Novembro.

"Os trabalhadores portugueses vão continuar a dar uma resposta firme e determinada à declaração de guerra que o governo lhes move, em conjunto com a União Europeia e o capitalismo mundial", lê-se na tomada de posição dos trabalhadores concentrados na Praça dos Restauradores.

Assim, caracterizada a difícil situação, os presentes na Manifestação Nacional de 6 de Novembro de 2010 declararam dar luta sem tréguas à política de direita, em defesa de uma verdadeira alternativa política, tendo decidido, entre outros aspectos: manifestar repúdio pela Cimeira da NATO que veio a realizar-se em Lisboa nos dias 20 e 21 de Novembro e defender uma forte participação (que se concretizou) na grande manifestação pela paz contra a participação de Portugal na NATO; prosseguir a acção e a luta, com forte mobilização de todos os trabalhadores da administração pública, quer através do esclarecimento e discussão nos postos de trabalho, quer através da participação na greve geral; reiterar a posição de que o agravamento brutal das condições de vida, particularmente das populações mais desfavorecidas, só poderá ser estancado através de uma forte oposição dos portugueses e da luta pelos seus direitos. | **JPO** ●

Mário Nogueira nos Restauradores

"A luta, essa sim, é inevitável!"

O que se passa na Educação é bem o retrato do que pretendem fazer a todos os serviços públicos e aos seus trabalhadores, sabendo-se que, sobre os cortes impostos a este sector, o acordo foi fácil naquelas discussões que nos fizeram lembrar os desentendimentos dos simpáticos Statler e Waldorf, figuras de uma animada série televisiva.

O que para a Educação se prevê no Orçamento de Estado para 2011 é que continuem a encerrar escolas, agora ainda com mais alunos; que se agrupem escolas por economia de recursos e não a pensar nos alunos e no seu sucesso; que as escolas se livrem de milhares de professores, de pessoal não docente, de psicólogos, de terapeutas, de assistentes sociais mesmo sabendo-se que isso fará aumentar a indisciplina e decrescer a qualidade educativa; prevê-se o corte de verbas de funcionamento que já hoje são exíguas, a degradação das condições em que a escola se organiza e funciona, ainda que deixe de cumprir integralmente e bem a sua missão de ensinar, qualificar, educar, formar e, afinal, contribuir para transformar.

Eles não se importam porque não querem essa escola. Preferem a que reproduz as injustiças, as desigualdades, os valores do individual em detrimento do colectivo e do social; preferem a que leva à resignação da maioria mesmo quando percebe que é explorada por uns quantos. Essa não é a Escola Democrática, não é a nossa escola. É a escola dos que também não querem que a sociedade seja democrática e pouco se importam com o facto de nela crescer o desemprego, a pobreza e a exclusão… é a escola dos que governam cavando e aprofundando fragilidades na sociedade que, por irresponsabilidade sua, podem começar a provocar rupturas muito complicadas de resolver.

Face a tudo isto, porque vemos, ouvimos e lemos… percebemos que o cerco está a ser movido, como dizia o Zeca, por um bando com pés de veludo que se aproxima pela noite calada… um bando constituído pelos que se acham mordomos do universo todo, senhores à força, mandadores sem lei. A esses, meus Amigos, temos de continuar a responder com esta força a crescer-nos nos dedos e uma raiva a nascer-nos nos dentes… E daqui dizemos ao poeta que o compreendemos e, por essa razão, não deixaremos que essa força nos deixe de mal connosco para que fiquemos de bem com outros que o não merecem. Iremos à luta, porque essa sim, é inevitável! ●

Da intervenção de Mário Nogueira na concentração final da jornada de 6 de Novembro dos trabalhadores da Administração Pública

Os caminhos que a educação em Portugal não pode trilhar

A FENPROF coloca entre as suas prioridades de acção, a defesa do emprego, a defesa de uma carreira digna e valorizada, a defesa de adequadas condições de trabalho nas escolas e da sua gestão democrática, bem como a defesa de condições que tornem a escola pública mais inclusiva.

Esta é uma das mensagens em foco no depoimento, ao JF, do Grupo de Trabalho da Política Educativa da FENPROF.

Mitos

Em 2002 Portugal registou o valor mais elevado (nominal e real) de despesa por aluno (do pré-escolar ao superior) de toda a sua história: 6.080 euros. A média dos países da OCDE nesse ano situou-se mais acima: 6.687 euros. Contudo, este valor de 2002, o valor de topo de uma sequência de subida relativamente consistente desde meados da década de 90 do século XX, acabou por estar na base de um mito acerrimamente defendido pelos neoliberais, que polvilham as clientelas dos chamados partidos do "arco da governação" (CDS, PSD e PS): Portugal investe muito na Educação, tanto como qualquer país rico da Europa. O que sendo falso sob todos os pontos de vista lhes permitiu construir outro mito (ou a outra face do mesmo): os resultados educativos não correspondem a esse elevado investimento. Daí à teoria "bacoca" de que se está a "deitar dinheiro sobre o problema" foi um passo.

Em 2004 a despesa por aluno descia para 5.609 euros. A média dos países da OCDE subia para 7.061 euros. Portugal passava a ocupar o 23º lugar entre 34 países. Tinha sido fugaz o esforço de melhorar o investimento na educação procurando esbater o fosso histórico que nos separava (e hoje em dia nos separa cada vez mais) dos nossos parceiros europeus. E não só. Este nível de despesa por aluno representava cerca de metade do esforço dos EUA.

Esta inflexão da curta "paixão" pela educação correspondeu a um propósito deliberado de limitar as despesas com essa área, uma evidente subordinação aos "PEC's" e um triunfo do discurso neoliberal do Governo de Durão Barroso, que teve sequelas "aprimoradas" nos dois governos de Sócrates, independentemente de alguns desvios de circunstância.

A retórica do esbanjamento de verbas na educação sem resultados palpáveis acabou por construir outro mito: os recursos humanos da educação (em resumo, os professores!) absorvem quantias astronómicas. De forma indiferenciada, isto é, sem qualquer respeito pelo mérito. Logo, os professores ganham muito, não são avaliados, e não melhoram os resultados.

As consequências deste segundo mito (de duas faces tal como o primeiro – salários altos/resultados medíocres) tornaram-se extremamente perniciosas para a profissão docente e abriram a caixa de Pandora que promoveu a divisão da classe, os horários de horror e a hipocrisia da pseudo-avaliação.

A discussão sobre a qualidade do Ensino Público resvalou da necessidade de investimento corajoso, e da dignificação da profissão docente, para a manipulação estatística, a venda de ilusões e a ... Parque Escolar.

Este segundo mito teve consequências desastrosas em termos de valorização dos professores e educadores (e de outros profissionais importantíssimos no espaço escolar) que os dados do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação ilustram de forma inequívoca: em 2002 a percentagem das despesas com pessoal no Orçamento da Educação elevavam-se a 82,5%; em 2009 ficaram-se pelos 72,6% (apesar de ter correspondido ao único ano deste ciclo em que houve aumento real de salários). A previsão para 2010 fica-se pelos 72,3%.

Quebras de salário (real e nominal), e precarização da profissão explicam a maior parte desta realidade.

As medidas postas em prática à sombra destes mitos têm contribuído de forma decisiva para fragilizar o Ensino Público e abrir o caminho para a sua privatização através da transferência de fundos públicos para as mãos de interesses privados.

Metas

Na sua análise aos resultados do PISA 2003 (Programme for International Studente Assessment 2003) o GAVE (Gabinete de Avaliação Educacional do Ministério da educação) reconheceu que: existe uma associação positiva entre o desempenho médio dos alunos de cada país e o rendimento nacional ou o gasto por aluno nesse país. Se ajustássemos o desempenho médio de cada país àquele que seria de esperar se as condições sociais e económicas fossem médias, Portugal melhorava substancialmente a sua posição relativamente aos restantes participantes. O próprio PISA 2006 salienta que "o desnível da distribuição sócio-económica, em conjugação com a proporção da variação de performance que é explicada pelos antecedentes sócio-económicos, são indicadores úteis para avaliar esta questão".

Por outro lado, vários especialistas referem que os dados do PISA indicam que, dentro dos condicionalismos sócio-económico-culturais existentes em Portugal, a escola portuguesa realiza uma acção meritória, designadamente na sua capacidade de valorizar a aprendizagem dos alunos, sobretudo quando estes têm um ESEC (Estatuto Sócio Económico Cultural) mais desfavorável. Se tivermos em conta que os dados da OCDE sobre a educação, em 2008, mostram que os índices de desigualdade em Portugal o empurram para o antepenúltimo lugar entre os 34 países da OCDE (só ultrapassado pela Turquia e pelo México), fica bem ilustrado o gigantesco percurso educacional realizado pelo nosso país após a Revolução de Abril, apesar do crónico subfinanciamento.

É neste enquadramento, e após a consumação de medidas que precarizaram e desqualificaram a profissão docente, que o Governo e o Ministério da Educação se lançam afincadamente na construção de uma farsa que dá pelo nome de "metas de aprendizagem". No fundo, trata-se de mais uma cortina de fumo destinada a esconder as pressões resultantes do chamado "Consenso de Washington", nascido no período Thatcher/Reagan, após uma experiência assassina no Chile de Pinochet: menos impostos, menos estado, mais sociedade civil (!?).

Segundo o Ministério da Educação, as metas de aprendizagem destinam-se a garantir "a provisão de uma escolarização fundamental, efectivamente universal, indispensável à integração com sucesso na vida activa e no ensino superior", na sequência da decisão da extensão da escolaridade obrigatória aos 12 anos. Não têm cabimentação orçamental, não pressupõem qualquer meio extra, a não ser o trabalho escravo dos professores, e assentam exclusivamente no esforço das escolas. Ou seja, por entre o palavreado eduquês das "evidências", dos "referentes" e das "estratégias globais" pretende-se resolver uma equação impossível no domínio de uma educação de qualidade: aumentar a escolaridade para os 12 anos sem gastar nem mais um tostão. Aliás, de preferência, diminuindo o investimento na educação.

> **"A FENPROF tem a enorme responsabilidade de dar uma resposta cabal, e particular, a este estado de coisas. Para além da denúncia da situação, e da organização imediata da luta em todos os campos e de todas as formas legalmente permitidas**

Realidade

Independentemente do discurso governamental (em aparente contradição com a "nova" orientação do PSD, que não esconde a vontade de retalhar os serviços públicos para dar novas oportunidades de negócio aos seus apaniguados!) as medidas já tomadas, e as que estão na calha, conduzirão a um retrocesso brutal da sociedade portuguesa. Senão vejamos:

- A travagem do financiamento da educação já é uma realidade, e vai acentuar-se (quer no plano das despesas com pessoal, quer em matéria de gestão corrente e investimento), apesar dos projectos anunciados de aumento da escolaridade obrigatória e de maior intervenção no sector do pré-escolar;
- A formação de professores (universal e gratuita) está morta e praticamente enterrada;
- O sistema de avaliação das escolas afundou-se num mar de mudanças em cada ano que passa (destruição sucessiva dos projectos educativos e das bases de trabalho construídas com o esforço dos professores, através da constituição continuada de agrupamentos, do pré-escolar ao secundário, e de mega-agrupamentos);
- A avaliação de professores passou de aborto a nado morto, e enterrado, com o anúncio das medidas do PEC3, que lançou às urtigas o acordo da FENPROF com o ME em termos de ECD;
- A gestão das escolas atingiu o zero absoluto no que ao interesse dos profissionais que nelas trabalham, e da comunidade que servem, diz respeito;
- A gestão de currículo, e o desenho curricular, como respostas a bloqueamentos no sistema educativo, entraram no marasmo absoluto;
- As garantias de participação dos professores e educadores nos processos de tomada de decisão estão irremediavelmente postas em causa.

A FENPROF tem a enorme responsabilidade de dar uma resposta cabal, e particular, a este estado de coisas. Para além da denúncia da situação, e da organização imediata da luta em todos os campos e de todas as formas legalmente permitidas (em conjunto com todos os trabalhadores, no âmbito da Função Pública ou em torno de questões próprias da classe), tem a obrigação de ajudar os professores a responder a desafios concretos do dia a dia das escolas.

Por isso, a FENPROF coloca entre as suas prioridades de acção, a defesa do emprego, a defesa de uma carreira digna e valorizada, a defesa de adequadas condições de trabalho nas escolas e da sua gestão democrática, bem como a defesa de condições que tornem a escola pública mais inclusiva. ●

O Grupo de Trabalho da Política Educativa da FENPROF

Pub

STAPLES
Tudo para fazer um bom negócio.

SÓ A STAPLES TEM
UM CARTÃO DEDICADO
EXCLUSIVAMENTE AOS PROFESSORES

Aproveite as Campanhas e Promoções exclusivas do Cartão PROFESSOR +

- 7,5% de reembolso em Papelaria, Material Escolar, Calculadoras, Dicionários e Gramáticas.
- 10% de reembolso em serviços no Centro de Cópias e Impressão.
- Reembolso e desconto imediato em produtos seleccionados.
- Vasta gama de parcerias que lhe permitem poupar em produtos e serviços importantes para si e para a sua actividade.

Como aderir: Vá a uma loja Staples e solicite o formulário de adesão ou aceda a www.professormais.com.
Conheça as condições gerais do Cartão Professor + em www.professormais.com ou numa das 35 lojas Staples.

STAPLES PROF PROFESSOR + STAPLES Dê mais valor às suas notas

35 Lojas Catálogo www.professormais.com

Professores sem papas na língua exigem outras políticas e garantem:

Lutaremos!

Milhares de docentes aprovaram nos plenários e nas reuniões que a FENPROF realizou recentemente em todo o país uma Moção em que os professores e educadores presentes deixam um expressivo alerta: caso deixássemos de lutar, seríamos confrontados com medidas ainda mais gravosas impostas por sucessivos PEC, numa espiral que parece não ter fim.

Por essa razão, - sublinha, a moção entretanto enviada ao Primeiro-Ministro, à Ministra da Educação e aos Grupos Parlamentares - os docente "continuarão a lutar determinados e confiantes!"

A moção recorda em primeiro lugar que "os docentes têm sido alvo dos mais diversos ataques aos seus direitos laborais, sociais e de cidadania", registando:

"Foram os sucessivos "aumentos-zero" que desvalorizaram os seus salários, o congelamento do tempo de serviço e o impedimento de progredir na carreira, a revisão do ECD (com fixação de mecanismos administrativos de controlo da progressão, imposição de modelos burocráticos de avaliação, eliminação ou redução de direitos, agravamento e desregulação de horários de trabalho, entre outras consequências), o aumento dos níveis de precariedade, o agravamento dos requisitos para a aposentação e a degradação das pensões, o aumento de descontos para fins sociais e da carga fiscal por via directa (IRS) ou indirecta (IVA), as restrições impostas ao exercício de actividade sindical, a ausência de oferta adequada e gratuita de formação contínua, entre muitos outros aspectos."

"Este ataque, que também se dirigiu aos trabalhadores de outros sectores de actividade, pública e privada, e aos serviços públicos, levou, no caso dos professores e educadores, a que, ora em conjunto, ora em acções específicas, se unissem e lutassem, impedindo que o Governo, com as suas políticas, aprovasse medidas ainda mais graves e orientadas para impor maiores sacrifícios a quem trabalha e degradar a qualidade das respostas públicas", acrescenta a tomada de posição assumida nos plenários convocados pela FENPROF.

Mais diante, pode ainda ler-se: "Os docentes portugueses, como a generalidade dos trabalhadores portugueses, vêem-se agora confrontados com novas medidas aprovadas pelo Governo" (e pelo bloco central na AR), "no âmbito do Orçamento de Estado para 2011, tais como: redução efectiva de salários; congelamento de carreiras e novo roubo de tempo de serviço; congelamento de admissões nos quadros e redução do número de docentes contratados; suspensão/eliminação de concursos, incluindo alguns já realizados; congelamento de pensões; aumento de descontos (CGA); aumento do IVA em mais 2% e brutal aumento do IRS, nomeadamente por via da eliminação de deduções fiscais; redução de mais de 800 milhões de euros para a Educação, sem contar com o impacto da redução de 5% nas verbas a transferir para as autarquias..."

A moção lembra ainda que "tais medidas, não só não resolverão os problemas económicos do país, como os agravarão com forte e muito negativo impacto social. Na Educação, as consequências far-se-ão sentir: na degradação das condições de trabalho nas escolas; nas dificuldades acrescidas com que se confrontarão para resolver os problemas de organização, funcionamento e estabilidade; no previsível abaixamento da qualidade educativa; na impossibilidade de concretização, de forma qualificada, das metas educativas estabelecidas recentemente para 2015; na obtenção de êxito face ao exigente desafio do alargamento da escolaridade obrigatória, para 12 anos, de forma que garanta a universalidade do acesso e do sucesso.

Reduzir, desta forma, as verbas para a Educação criará fortes constrangimentos ao esforço que se pede a toda a comunidade educativa e, de uma forma particular, aos professores e educadores."

As medidas que o Governo Sócrates quer impor "agravarão as condições de trabalho e de vida daqueles profissionais, provocarão focos mais fortes de instabilidade e acentuarão o mal-estar que é hoje cada vez mais sentido pelos profissionais. Além de que, a concretizarem-se, estas medidas põem em causa compromissos políticos acordados e/ou consensualizados entre o Governo e a FENPROF, quer em relação à carreira docente, quer aos concursos." ●

5 reivindicações aprovadas nos plenários de professores

Face à actual situação, os professores e educadores presentes nos plenários exigem:

1. Respeito por quem trabalha e, nesse contexto, pelos compromissos assumidos junto das suas organizações sindicais;

2. Políticas que respeitem os serviços públicos, reforcem as funções sociais do Estado e, nesse contexto, pela Escola Pública respeitando, assim, os direitos e interesses de todos os cidadãos;

3. Um sério investimento na Educação, para que possa responder favoravelmente a todos os desafios que se lhe apresentam, de forma a não pôr em causa o futuro do país;

4. Mais competência técnica, respeito pelos normativos legais e maior capacidade de intervenção política na Educação no sentido de evitar a sua completa submissão aos interesses financeiros e económicos;

5. Diálogo e negociação efectivos com as organizações sindicais de docentes.

Orçamento de Estado

Representantes da comunidade educativa aprovam e divulgam Manifesto

Joaquim Ribeiro (CNIPE), **Inês Faria** (SNP), **Mário Nogueira** (FENPROF), **Luís Pesca** (FNSFP) e **José Calçada** (SIEE), no encontro com a comunicação social

"Cortar nos recursos de que as escolas dispõem – humanos, físicos, materiais, financeiros –, e de forma tão violenta, impede que cumpram adequadamente a sua missão de ensinar, formar, educar e qualificar", alerta o *Manifesto* divulgado no passado dia 18 de Novembro, em Lisboa, subscrito por diferentes organizações representativas da comunidade educativa.

Na conferência de imprensa de apresentação do Manifesto estiveram presentes Mário Nogueira (Federação Nacional dos Professores), Joaquim Ribeiro (Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação), Inês Faria (Sindicato Nacional dos Psicólogos), Luís Pesca (Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública) e José Calçada (Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino).

"Já temos situações do tipo um psicólogo para 3 000 alunos ou de cerca de 300 agrupamentos sem psicólogo", alertou a representante do SNP. "As escolas estão a funcionar com um número insuficiente de pessoal não docente", sublinharam os representantes dos pais e dos trabalhadores da Função Pública presentes na divulgação e assinatura do Manifesto.

"O ME recorre sistematicamente a trabalhadores colocados provisoriamente pelo Instituto de Emprego. Trabalhar com alunos, trabalhar com jovens e crianças, requer formação", observou Luís Pesca (Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública). Já José Calçada, do Sindicato dos Inspectores, destacou que "este Manifesto e esta convergência de organizações tão diversificadas constitui em si um sinal de esperança em termos de futuro".

Quando o Governo desfere um dos mais violentos ataques à Educação e à Escola Pública, por via do Orçamento de Estado para 2011, a comunidade educativa não poderia ficar indiferente... e não ficou. Assim, várias organizações representativas de quantos intervêm na escola e na Educação, juntaram-se e construíram um *Manifesto*, que está a chegar a vários órgãos de soberania e entidades, merecendo também uma ampla divulgação nacional junto das escolas e de todos os sectores relacionados com o Ensino e a Educação.

Os representantes das organizações presentes neste encontro sublinharam as suas preocupações face ao panorama actual da Educação no nosso país e às consequências de um corte de 11,2 por cento das suas verbas.

Como foi referido no diálogo com a comunicação social, "quem fez este Orçamento de Estado não sabe o que é uma escola nem conhece as condições que precisa para funcionar". | JPO ●

Texto do MANIFESTO em www.fenprof.pt

Os Psicólogos nas Escolas:

A realidade portuguesa

Nas últimas décadas assistimos, de forma permanente e insistente, a políticas de desvalorização e fragilização da Escola Pública.

Os profissionais que desenvolvem actividade neste contexto observam a ausência de verdadeiros compromissos e investimentos que assegurem as condições do seu trabalho. Os elementos das comunidades educativas, a opinião pública e a investigação científica, reconhecem a importância e o impacto positivo da intervenção dos psicólogos, na promoção do sucesso educativo dos alunos, na optimização da intervenção em rede e dos recursos da comunidade educativa, do sistema de saúde e de acção social.

A legislação tem referido a importância da intervenção dos Psicólogos na escola, desde 1991, quando os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) foram criados (DL 190/91), como "unidades especializadas de apoio educativo, integradas na rede escolar" que desenvolvem a sua acção nas áreas "do apoio psicopedagógico, orientação escolar e profissional e apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade escolar", uma das medidas preconizadas pela Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986 (artº. 26º da Lei 46/86).

Em 1997 foi criada a carreira de psicólogo dos SPO (DL 300/97), definindo que "o papel dos SPO é o de possibilitar a adequação das respostas educativas às necessidades dos alunos" e que "a qualidade da educação está intimamente dependente dos recursos pedagógicos de que a escola dispõe para acompanhamento do percurso escolar dos seus alunos".

O Estatuto do Aluno (Lei 39/2010) também enfatiza o papel dos técnicos do SPO, distinguindo o acesso a este apoio como um dos direitos do aluno.

Toda a legislação existente reconhece o papel indispensável do psicólogo na escola, mas as condições de trabalho destes profissionais evidenciam que os sucessivos governos da tutela desvalorizam esta intervenção específica, perpetuando a precariedade:

• O último concurso de admissão de Psicólogos para a carreira no ME foi em 1997;

• Segundo o ME existem 408 psicólogos efectivos nas escolas. Contudo, em Portugal há 1.500.000 alunos, sendo o rácio de 1 psicólogo por 3676 alunos;

• Desde 2007, foi possível a cerca de 350 escolas, contratar psicólogos para desenvolvimento de projectos de combate ao insucesso escolar, ao abrigo do DL 35/2007 e da Lei 23/2004, dependendo de despacho conjunto de autorização do ME, dos Ministérios das Finanças e Administração Pública (contratos a termo e respeitando o Estatuto da Carreira Docente, apesar do Psicólogo não ser docente nem lhe ser reconhecida habilitação para a docência…!);

• No final de Novembro de 2010, estão ainda cerca de 350 agrupamentos/escolas sem Psicólogo no SPO, ou seja, sem orientação vocacional, avaliação e acompanhamento psicopedagógico dos alunos, perdendo-se a continuidade de um trabalho de 1, 2, 3 ou até de 13 anos lectivos!

O ME assegura que este ano serão contratados 192 psicólogos, o que revela um corte de quase 50%, deixando várias escolas e muitos alunos sem apoio de um único psicólogo!

Existem, ainda, escolas com psicólogos com vínculo precário a dar resposta a necessidades permanentes, como é o caso dos TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), dos CRI (Centros de Recursos para a Inclusão) e pelo POPH (Programa Operacional Potencial Humano).

"O ME assegura que este ano serão contratados 192 psicólogos, o que revela um corte de quase 50%, deixando várias escolas e muitos alunos sem apoio de um único psicólogo!

Em 2009/2010, segundo dados do ME, havia 839 psicólogos a trabalhar em contexto escolar. Se a distribuição fosse equitativa, significaria um rácio de 1788 alunos por psicólogo, embora as recomendações nacionais e internacionais sejam de 1 Psicólogo por 400 alunos. Como é possível atingir os objectivos a que nos propomos com estes números?:

• Avaliação, acompanhamento e apoio psicopedagógico aos alunos (incluindo com Necessidades Educativas Especiais);

• Orientação vocacional (idealmente começando cada vez mais cedo até à entrada no mercado de trabalho);

• Articulação com a comunidade escolar (professores, pais, encarregados de educação e outros técnicos), o sistema de saúde e de acção social;

• Desenvolvimento de actividades de Educação para a Saúde, treinos de competências pessoais e sociais e outros projectos de promoção do sucesso escolar, acções de formação, etc.

Como é possível pensar-se numa escola inclusiva e de qualidade, sem absentismo e abandono escolar, com sucesso escolar até ao 12.º ano, sem o mínimo dos recursos (que a própria legislação prevê)?

Urge e exigimos que o nosso trabalho seja reconhecido e valorizado em prol de uma Escola Pública, de qualidade, para todos e de uma sociedade mais saudável! ●

Sindicato Nacional dos Psicólogos (SNP)
Nova Força, Mesma Luta!
Novembro 2010

Um postal por concursos

Exm.ª Senhora
Ministra da Educação

A realização do concurso para professores, em 2011, é uma necessidade e uma exigência dos professores e das escolas porque:

• É inaceitável manter milhares de docentes contratados a prazo, a quem é negada a estabilidade, uma carreira e muitos direitos profissionais. Muitos destes docentes, há largos anos nesta situação, estão a suprir necessidades permanentes de trabalho nas escolas;

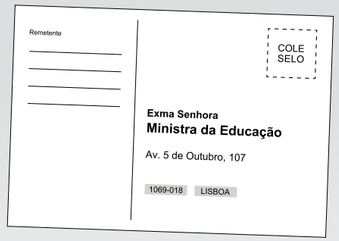
• Há milhares de docentes dos quadros que, em 2009, foram impedidos de concorrer e outros que, concorrendo, não obtiveram colocação devido ao escasso número de vagas então abertas;

• As escolas precisam de um corpo docente estável para poderem organizar-se e funcionar adequadamente, o que, em muitas delas, é cada vez mais difícil, pois nos últimos anos só entrou 1 docente no quadro por cada 40 aposentados;

• Os compromissos são para ser honrados, incluindo os compromissos políticos a que V.ª Ex.ª deu rosto, como é o caso da realização de concurso em 2011.

Estas são razões pelas quais, em 2011, deve realizar-se o concurso previsto, com um número de vagas adequado às reais necessidades das escolas e agrupamentos. Esta é uma necessidade que não pode ser adiada e uma exigência que eu, consciente da sua enorme importância, também subscrevo.

(Ass.) _____



Contra a precariedade e pela estabilização do corpo docente nas escolas

Esta é uma acção aprovada pelo Conselho Nacional da FENPROF, no final de Novembro. A FENPROF quer recolher muitos milhares de postais, subscrito por muitos milhares de professores exigindo a realização de Concursos em 2011.
Entrega ao delegado sindical ou dirigente da tua escola/agrupamento. Entrega no SPRC ou envia para o Ministério da Educação.

O prometido é devido!…

Pub

Mulheres e desporto no combate à discriminação

Várias conquistas se têm vindo a atingir, mas a luta ainda tem de continuar… e em várias frentes.

Com a publicação da Resolução da Assembleia da República n.º 80/2010, as atletas possuem mais um instrumento jurídico para contestar a atribuição desigual de prémios monetários (ou outros) nas provas desportivas apoiadas por entidades públicas.

A aprovação, por unanimidade, na Assembleia da República constitui um marco importante na área da igualdade entre mulheres e homens, no desporto, e vem dar razão às denúncias e chamadas de atenção da Associação Portuguesa Mulheres e Desporto (APMD) sobre a desigualdade na atribuição de prémios às mulheres atletas nas provas desportivas, em várias modalidades. A grande maioria das provas desportivas é realizada com apoios financeiros, e não financeiros/logísticos, de organismos do Estado, da Administração Central ou Local. Relembra-se que esta é a segunda vez que a matéria da discriminação de raparigas e mulheres no desporto é discutida no plenário da Assembleia da República. No ano passado, a propósito da discriminação sexista e grosseira presente no programa desportivo dos Jogos da Lusofonia, que, sem qualquer fundamento, excluiu as competições femininas de futebol e futsal e afastou as raparigas e mulheres destas competições, a APMD apoiou a Petição à Assembleia da República, a primeira a reclamar a igualdade no desporto, que foi subscrita, em apenas 2 meses, por mais de 8.000 pessoas de todo o país.

A Direcção da APMD está confiante de que vale a pena lutar pelos direitos de raparigas e mulheres no desporto. Mas a igualdade na lei não substitui a igualdade na vida. O direito à igualdade conquista-se todos os dias e às mulheres do desporto, qualquer que seja a sua função, cabe um papel importante na denúncia das discriminações e na exigência da participação em igualdade. Às organizações desportivas, principalmente as que contratualizam apoios financeiros com o Estado, cabe um papel fundamental na valorização das prestações desportivas das suas praticantes e atletas e na eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. Ao Estado compete-lhe a tarefa consagrada constitucionalmente de promover a igualdade entre mulheres e homens.

Resolução da AR n.º 80/2010, de 30 de Julho

A Resolução da Assembleia da República n.º 80/2010 [DR, 1.ª série, 30 Julho 2010], que «Recomenda ao Governo a tomada de medidas de combate às discriminações entre mulheres e homens nas competições desportivas», teve origem na carta da Associação Portuguesa Mulheres e Desporto, dirigida à Subcomissão para a Igualdade da Assembleia da República, sobre a discriminação na atribuição dos prémios monetários do torneio de ténis Estoril Open. A Resolução agora publicada foi precedida pela aprovação do Projecto de Resolução n.º 169/XI, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, apresentado pela deputada Rita Rato (PCP), e secundado pelas deputadas Catarina Martins (BE); Helena Pinto (BE); Francisca Almeida (PSD); Teresa Morais (PSD); Miguel Vale Almeida (PS); Catarina Marcelino (PS) Maria Paula Cardoso (PSD).

(FONTE: http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=35412 [acesso 30 Julho 2010])

In http://www.mulheresdesporto.org.pt/treinadoras/index.html

Todos têm direito…

Tudo isto vai acontecendo apesar de o Governo estar responsabilizado no III Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género, nomeadamente, pelo seguinte:…

2.7 – Actividade Física e Desporto

De acordo com o artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa "Incumbe ao Estado, em colaboração com escolas e as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto". A Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, refere o n.º 1 do artigo 2.º que "Todos têm direito à actividade física e desportiva, independentemente da sua ascendência, sexo, raça, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual."

O desporto assume um lugar de extrema importância na actual sociedade, não só pelo impacto que tem no desenvolvimento das capacidades interpessoais, como, também, na consolidação do bem-estar físico e mental.

Permitir que mulheres e homens tenham acesso equitativo à prática desportiva é decisivo para um exercício pleno da cidadania, para a redução das assimetrias e para um desenvolvimento social mais equilibrado.

Objectivo: fomentar a não discriminação em função do sexo nas políticas e práticas desportivas

- Promover a integração da dimensão de género nas políticas e práticas desportivas, valorizando o sexo sub-representado.
- Responsabilizar, através dos contratos-programas, os agentes desportivos, particularmente as federações desportivas, para a participação equilibrada e não discriminatória entre os dois sexos no desporto.
- Sensibilizar os meios de comunicação social para a divulgação de programas sobre o papel das mulheres no desporto.
- Diminuir o gender *gap* nos prémios desportivos.
- Acompanhar a elaboração da Carta Desportiva Nacional e divulgar a informação relativa ao enquadramento humano, identificando a participação em função do sexo.
- Incentivar a criação e adopção de cartas municipais do desporto que integrem a dimensão de género em todos os seus domínios.
- Sensibilizar os patrocinadores e outros agentes desportivos para a sua responsabilidade no cumprimento do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro (Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto).
- Promover uma participação equitativa em todos os órgãos de decisão do sector do desporto.
- Combater o assédio e abuso sexual no desporto. ●

In http://195.23.38.178/cig/portal/bo/portal.pl?pag=cig_noticias_detalhe&id=34

Milhares de pessoas em defesa da Paz

A Campanha **"Paz Sim! NATO Não!"** culminou com uma grande manifestação, em Lisboa, na tarde de 20 de Novembro (um sábado). Desceram a Avenida da Liberdade mais de trinta mil pessoas, que exigiram o fim das políticas belicistas e a abertura de um novo ciclo, marcado pelo desenvolvimento, a cooperação, o progresso e a paz entre todos os povos.

Representantes dos sindicatos da FENPROF integraram a delegação da CGTP-IN que co-organizou esta iniciativa.

Ao longo do desfile foram reafirmados os objectivos centrais da acção, que registou uma significativa presença de jovens: expressar a oposição da população portuguesa à realização da cimeira da NATO e aos seus objectivos belicistas; exigir ao Governo a retirada das forças portuguesas envolvidas em missões militares da NATO; reclamar o fim das bases militares estrangeiras e das instalações da NATO em território nacional; exigir a dissolução da NATO. | **JPO** ●

Coimbra: Aminatou Haidar com professores portugueses

Intervindo no encontro com professores e educadores portugueses, realizado no dia 9 de Novembro, na cidade de Coimbra, Aminatou Haidar denunciou, uma vez mais, "a repressão feroz das forças militares e policiais marroquinas contra a população civil" saharaui.

Aminatou referia-se ao ataque - uma "bárbara agressão" – ao acampamento de Gdmeim Izik, nos arredores de El Aaiún, ocorrido no dia 8 de Novembro. A sessão, organizada pela FENPROF e pelo SPRC, decorreu no auditório da Casa da Cultura e registou também a participação de elementos da Frente Polisário residentes no nosso país e da Associação Portugal-República Árabe Saharaui Democrática (RASD).

Presentes na Mesa, além de Aminatou Haidar, os dirigentes sindicais Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF; Henrique Borges e Anabela Sotaia.

A combatente saharaui recebeu de manhã a Medalha da Universidade de Coimbra, em sessão que contou com a Presença do Magnífico Reitor, Professor Seabra Santos. Depois do encontro com os professores, seguiu para Lisboa a fim de participar na sessão da Assembleia Municipal.

Entretanto, no dia 10 de Novembro, decorreu uma sessão pública, na Reitoria da Universidade de Lisboa, com a participação de Aminatou Haidar.

A sua deslocação ao nosso país transformou-se num "momento importante para esta causa", como afirmou o Secretário Geral da FENPROF.

No encontro da Casa da Cultura de Coimbra, Mário Nogueira recordou "a presença da Federação e de companheiros de outras organizações nos acampamentos saharauis" (2009) e também a campanha de solidariedade iniciada no 10º Congresso da Federação Nacional dos Professores.

O dirigente sindical sublinhou ainda a coragem e a determinação de Aminatou, que esteve 32 dias em greve da fome, no aeroporto de Lanzarote, acção que acordou o mundo para o martírio que vive o povo da República Árabe Saharaui Democrática: exilado no deserto ou perseguido na sua própria terra.

A causa saharaui e o apoio a esta Mulher lutadora, recorde-se, mereceu a solidariedade activa do Nobel da Literatura português, José Saramago.

"A situação que se vive nos territórios saharauis ocupados pelas forças marroquinas é alarmante", salientou Aminatou, que denunciou a política de extermínio que o Reino de Marrocos definiu para os saharauis, perante a hesitação e o silêncio cúmplice de muitos...

O ataque ao Acampamento de El Aaiún

Exemplo dessa postura marroquina foi o que aconteceu em Novembro no acampamento de El Aaiún.

"Há tendas a arder e vozes que pedem através de megafones para que as mulheres e as crianças abandonem o local" descrevia o "El País".

Segundo contaram saharauis aos jornalistas do "El País" e do "El Mundo", o Exército entrou às 6h00 no recinto e começou a lançar gás lacrimogéneo, a incendiar tendas e a forçar pessoas a sair.

"Atacaram-nos de madrugada. Não pudemos fazer nada. Perdemos a batalha", disse ao "El Mundo" Sidi, um saharaui que estava no acampamento desde o segundo dia. Um repórter da agência AFP diz ter visto vários feridos e ambulâncias que se dirigiam a El Aaiún. Segundo esta agência, as forças marroquinas usaram canhões de água contra os habitantes do acampamento.

"Cremos que já há bastantes feridos, várias ambulâncias saíram do acampamento com saharauis e outros fugiram por estrada", disseram outros saharauis ao "El Mundo". As ruas de El Aaiún "estão tomadas", disse por seu turno Hassana Duihi, do Comité de Presos Saharauis.

Como revelou Aminatou Haidar, este acampamento, que tinha já mais de sete mil haimas (tendas), nasceu há quatro semanas a 15 quilómetros da capital saharaui (ocupada), El Aaiún. Foi montado por habitantes do Sara Ocidental que reivindicam melhores condições de vida, nomeadamente empregos e habitações.

As forças de segurança marroquinas bloquearam o acesso ao campo e, em protesto, jovens e adolescentes saharauis ergueram barricadas e queimaram pneus no centro de El Aaiún. As forças anti-motim desmantelaram as barricadas e seguiu-se uma hora de confrontos. Para além do bloqueio ao campo, foi cortada a rede de telemóveis, o que levou os activistas a acreditarem que o assalto ao acampamento estava iminente.

A activista Aminatou Haidar tinha avisado nos últimos dias para a possibilidade de uma invasão à força deste campo, pedindo protecção para as pessoas que lá se encontravam. Haidar agradeceu aos activistas da causa saharaui e outros cidadãos portugueses que em Dezembro no ano passado se mobilizaram em torno da sua greve de fome em Lanzarote.

O Sara Ocidental foi ocupado por Marrocos em 1975 e os saharauis lutam desde essa data pela autodeterminação. A região aguarda um referendo desde que a ONU criou uma missão para o realizar, em 1991.

"As forças de ocupação marroquinas atacaram brutalmente, com o massivo uso de forças militares, o acampamento onde, há vários dias, mais de 20.000 cidadãos saharauis se reuniam para protestar contra a ocupação marroquina, a sistemática violação de direitos humanos e para exigir o fim da repressão das forças ocupantes e a aceitação, por parte do Reino de Marrocos, de um referendo de autodeterminação, de acordo com as resoluções das Nações Unidas", sublinha uma recente nota de imprensa da CGTP-IN.

Portugal, a UE a ONU não podem ficar calados

A Central sublinha que o Governo português deve condenar de forma inequívoca esta actuação e que a União Europeia deve sancionar o Governo de Marrocos, designadamente através da suspensão imediata do Acordo de Associação UE/Marrocos.

A *Inter* exige ainda a urgente intervenção da Missão das Nações Unidas no Sara Ocidental (MINURSO), de forma a pôr termo à brutal intervenção marroquina e a garantir a segurança e os direitos do povo saharaui.

Finalmente, a CGTP-IN apela aos trabalhadores e à população em geral para que participem em acções de protesto e de solidariedade para com a justa luta dos trabalhadores e do povo saharaui. | **JPO** ●

Sahara Ocidental

Parlamento Europeu pede inquérito internacional

O Parlamento Europeu (PE) apelou recentemente à realização de um inquérito internacional independente sobre acontecimentos de El Aiun e solicita criação de um órgão de vigilância sobre o respeito dos Direitos Humanos

O PE condenou veementemente, os violentos incidentes ocorridos no acampamento de Gadaym Izik, no Sahara Ocidental, a 8 de Novembro, que provocaram a morte de um número ainda desconhecido de pessoas. Os eurodeputados consideram que "as Nações Unidas seriam a instância mais adequada para realizar um inquérito internacional independente, a fim de esclarecer os acontecimentos, as mortes e os desaparecimentos".

O Parlamento Europeu manifesta a sua maior preocupação com o agravamento sensível da situação no Sahara Ocidental e "condena veementemente" os violentos incidentes ocorridos no acampamento de Gadaym Izik" em 8 de Novembro.

Nesse dia, durante a intervenção das forças de segurança marroquinas que visava o desmantelamento deste acampamento de protesto, foram mortas "um número ainda desconhecido de pessoas", incluindo agentes da polícia e da segurança, relembra o PE.

Embora o parlamento marroquino tenha já criado uma comissão de inquérito, os eurodeputados consideram que "as Nações Unidas seriam a instância mais adequada para realizar um inquérito internacional independente, a fim de esclarecer os acontecimentos, as mortes e os desaparecimentos". Os eurodeputados exortam todas as partes a manterem a calma e a absterem-se de outros actos de violência. Na resolução aprovada, o

Parlamento Europeu lamenta também os atentados à liberdade de imprensa e de informação que muitos jornalistas europeus sofreram e exige ao Reino de Marrocos que permita o livre acesso e a livre circulação no Sara Ocidental da imprensa, dos observadores independentes e das organizações humanitárias.

Mecanismo de acompanhamento dos direitos humanos no Sahara Ocidental

Para além da realização de um inquérito internacional, o PE reafirma a "necessidade de recorrer a órgãos da ONU para propor a criação de um mecanismo de acompanhamento dos direitos humanos no Sahara Ocidental".

Os eurodeputados pedem entretanto à Comissão Europeia que garanta, através de um reforço do financiamento, a atribuição da ajuda humanitária necessária aos refugiados saharauis que vivem na região de Tindouf, cujo número é estimado entre 90 000 e 165 000, tendo em vista ajudá-los a satisfazer as suas necessidades básicas de alimentação, água, habitação e cuidados médicos, e melhorar as suas condições de vida. ●

Portugal condena por unanimidade

A Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto de protesto sobre os recentes acontecimentos de violência em El Aiun — a capital do Sahara Ocidental —, na sequência da destruição por parte das tropas e forças policiais marroquinas do acampamento onde mais de 20 mil saharauis reclamavam, há mais de um mês, por melhores condições de vida, a não espoliação dos recursos naturais do território e o direito à autodeterminação. O voto aprovado por unanimidade pela Câmara afirma «que deve ser exigido o respeito pelos Direitos Humanos, o fornecimento de assistência humanitária às populações que dela carecem e a melhoria das suas condições de vida». Por fim, o texto lembra que "Portugal sempre apoiou e continuará a apoiar a autodeterminação do povo saharaui, no quadro de uma solução negociada nas Nações Unidas". ●

O JF foi ao encontro de Eugénio Ruivo, autor do recente trabalho sobre a intervenção do professor Alfredo Melo de Carvalho no âmbito da divulgação do desporto no nosso país. Aqui fica o seu depoimento, centrado nos objectivos fundamentais do lançamento desta oportuna publicação *(Edições Universitárias Lusófonas)*

Um contributo valioso para a História da Educação Física e do Desporto em Portugal

1. A publicação do trabalho de retrospectiva sobre a Vida e Obra do professor de Educação Física Alfredo Melo de Carvalho (*Contributo para a História da Educação Física e do Desporto em Portugal*), corresponde a um desafio particularmente sentido pelas gerações actuais de estudantes do curso superior de Educação Física, docentes, dirigentes de clubes desportivos, autarcas de juntas e de câmaras, atletas e pessoas que realizam um treino de manutenção regular da actividade física de lazer, desporto no trabalho, e de melhoramento da sua condição física de deixar matéria de estudo e de análise.
Tem também como objectivo o questionamento e a reflexão em torno da concepção daquilo que nós defendemos relativamente à democratização desportiva. Entende-se que o Estado, Escola, o Poder Local, a Saúde, os Clubes desportivos… têm uma responsabilidade acrescida em termos da sua articulação no processo.
Os exemplos da experiência da DGD de 1974-1976 ("explosão" desportiva, com a criação de milhares de núcleos de praticantes, da formação de animadores e de monitores, do trabalho conjugado com o MFA na Operação Maio-Nordeste; Serviço Cívico Estudantil; o apoio à formação dos professores do 1º Ciclo; a descentralização em Regiões e responsabilidades para as autarquias no seu papel no quadro da lei das finanças locais no desenvolvimento desportivo, são aspectos em destaque neste trabalho.

2. A saída do Dec-Lei 657/75 de 3 Dez. que veio dignificar e equiparar a profissão de professor de Educação Física às restantes áreas disciplinares, foi uma conquista de todos os profissionais após o 25 Abril.
A divulgação das experiências ocorridas nas autarquias por onde Melo de Carvalho tem deixado a sua marca, é também um dos objectivos da publicação. Alguns exemplos apenas: **Oeiras** (Jogos de Barcarena, Corrida do Tejo), **Évora** (Olimpíadas do distrito de Évora), **Barreiro** (Carta Desportiva), **Sesimbra** (Festival do Mar), **Lisboa** (Jogos de Lisboa…), **Seixal** (redefinição e alargamento do trabalho das Seixalíadas com 30 mil participantes).

3. Chamo a atenção que o lançamento desta publicação pela ULHT procura sobretudo salvaguardar a memória colectiva, pois o presente e o futuro não se constrói sem o conhecimento do passado. Este trabalho funda-se no espírito do artigo 79º da CRP corolário e expressão da Democratização Desportiva (Acessos) ocorrida entre 1974-1976, consubstanciada sempre nos projectos de intervenção como foi o dos *Jogos de Lisboa* e agora o das *Seixalíadas*. ●

Eugénio Ruivo

culturais

SERVIÇO EDUCATIVO

À descoberta do Theatro Circo e das suas propostas

Além de um conjunto variado de espectáculos, o Theatro Circo, de **Braga**, apostando na formação de novos públicos e no apoio a acções educativas, acolhe várias oficinas e outros projectos. Exemplos: as oficinas de escrita, cenografia, leituras encenadas e iluminação. Por outro lado, todas as segundas-feiras são proporcionadas visitas guiadas aos diferentes espaços deste valioso equipamento cultural da cidade minhota. | **JPO** ●

+ INFO 253203803 | www.theatrocirco.com
reservas@theatrocirco.com

PATRIMÓNIO

Contadores de histórias

Mesmo no fecho desta edição, estava tudo a postos, no **Peso da Régua**, para a sessão de entrega a 17 contadores de histórias do diploma de "Narrador da Memória", atribuído pelo Museu do Douro no âmbito de um projecto de inventariação do património imaterial da região duriense.
A acção visa reconhecer o papel importante dos contadores, a maior parte dos quais idosos, na "transmissão às novas gerações da memória cultural da sua comunidade".
Em 2007, foram atribuídos pela primeira vez diplomas a nove narradores de Tabuaço. E foram as histórias contadas pelos "porta-vozes da memória" que o investigador Alexandre Parafita compilou na obra agora lançada. ●

Foto de Rita Carmo

CD'S

Sérgio Godinho apresentou "Final de Rascunho"

… e agora venha o novo CD!

"Final de Rascunho" é o título das apresentações especiais que Sérgio Godinho apresentou recentemente na Culturgest, em Lisboa, e na Casa da Música, no Porto.
O autor de "Sobreviventes" (ver breve entrevista na nossa próxima edição) subiu ao palco para apresentar rascunhos de próximas canções. As músicas apresentadas fazem parte do projecto do novo disco, que sairá em 2011, e foram misturadas com leituras de poemas do livro «O Sangue Por Um Fio» (Assírio & Alvim, 2009). O autor explica assim o projecto: "Na evolução de um processo criativo, há um momento em que, depois de muito rasurar e corrigir e melhorar, se descobre que se chegou ao final do rascunho, ou seja, está-se quase com a canção "fechada". Fechada porque tomou enfim uma forma satisfatória, e aqui pressupõe-se um grau de exigência que nos satisfaça e nos contente. Achei que valia a pena partilhar com as pessoas, em primeiríssima mão, algumas dessas canções. Cantando-as e tocando-as, e conversando sobre a sua génese, a sua feitura, dos primeiros acordes ao final de rascunho." Venha de lá, então, esse novo CD! | **JPO** ●

EXPOSIÇÃO

Lisboa, 1755: a cidade à beira do terramoto

Reconstituição virtual da Lisboa pré-pombalina

O Museu da Cidade, em conjunto com a empresa portuguesa *SWD Agency*, recriou virtualmente ruas, praças e edifícios emblemáticos da capital antes da destruição provocada pelo sismo de 1755. Até 31 de Dezembro. Como era a capital no dia 31 de Outubro de 1755, véspera do dia fatídico que arrasou Lisboa? Uma nova recriação virtual mostra como eram as ruas, os edifícios que ruíram, a Casa da Ópera ou a Rua Nova dos Ferros. Os visitantes do Museu da Cidade poderão agora ver como era a capital, em vídeos em 3D e reconstituições com a possibilidade de rotação a 360 graus de uma determinada parte da cidade pré-pombalina. ●

O Museu da Cidade de Lisboa localiza-se no Campo Grande, 245
Horários: terça-feira a domingo, das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00

+ INFO 217513200 | www.museudacidade.pt/

BAILADO

"La Sylphide" em Almada

Depois de Lisboa, a Companhia Nacional de Bailado (CNB) apresenta no Teatro Municipal de **Almada** o bailado romântico "La Sylphide", com interpretação ao vivo da Orquestra Sinfónica Portuguesa, dirigida pelo maestro Osvaldo Ferreira. Os espectáculos decorrerão, a partir das 21h30, a 29 e 30 de Dezembro. "La Sylphide", bailado criado para a Ópera de Paris em 1832, foi dançado, recorde-se, pela lendária bailarina Maria Taglionni. A versão que a CNB agora apresenta nas duas cidades à beira Tejo é a do dinamarquês Auguste Bournonville. A remontagem da coreografia adicional é de Jan Linkens. Os grandes temas da época como a paixão avassaladora, a morte e o sobrenatural ou a mulher ideal estão presentes em "La Sylphide", cujo argumento se desenrola na Escócia e nos conta a história de um amor impossível entre James e um espírito alado. ●

+ INFO www.cnb.pt